



DIÁRIO

República Federativa do Brasil¹

DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XLV - Nº 111

TERÇA-FEIRA, 11 DE SETEMBRO DE 1990

BRASÍLIA - DF

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 - ATA DA 131ª SESSÃO, EM 10 DE SETEMBRO DE 1990

1.1 - ABERTURA

1.2 - EXPEDIENTE

1.2.1 - Leitura de Projeto

Projeto de Lei do DF nº 52, de 1990, de autoria do Senador Maurício Corrêa, que dispõe sobre a utilização de cercas nos terrenos adjacentes aos imóveis residenciais localizados nos Setores de Habitações Coletivas e Geminadas Norte - SHCGN e Individuais Geminadas - Sul - SHIGS, e dá outras providências.

1.2.2 - Comunicação da Presidência

Adiamento da eleição dos Membros do Conselho da República, para o dia 9 de outubro do corrente ano.

1.2.3 - Discursos do Expediente

SENADOR LOURIVAL BAPTISTA - Artigo publicado no jornal *O Estado do Maranhão*, de autoria do ex-Presidente José Sarney sob o título "A falta que ele nos faz", sobre a personalidade de Afonso Arinos.

SENADOR FRANCISCO ROLLEMBERG - Artigo de autoria do Dr. Adib Jatene sob o título "Hospital público competitivo".

SENADOR ANTÔNIO LUIZ MAYA - Ano e Dia da Alfabetização.

SENADOR POMPEU DE SOUSA - Dia da Imprensa. Mensagem de D. Luciano Mendes de Almeida aos Congressistas sobre o trabalho aos domingos. Pronunciamento do Conselho Permanente da CNBB pela passagem do Dia da Pátria.

SENADOR AFONSO SANCHO - Artigo publicado no jornal *O Estado de S. Paulo*, sob o título "Maioria aprova Governo de Collor".

SENADOR JUTAHY MAGALHÃES - Considerações sobre o meio ambiente.

SENADOR LEITE CHAVES - Proliferação de partidos políticos.

1.2.4 - Leitura de projeto

Projeto de Lei do Senado nº 160, de 1990, de autoria do Senador Afonso Camargo,

que altera dispositivos da Lei nº 5.108 de 21 de setembro de 1966, que institui o Código Nacional de Trânsito.

1.2.5 - Comunicação da Presidência

Convocação de sessão conjunta a realizar-se amanhã, às 18 horas e 30 minutos, com Ordem do Dia que designa.

1.2.6 - Designação da Ordem do Dia da próxima sessão

1.3 - ENCERRAMENTO

2 - SECRETARIA ADMINISTRATIVA

- Portaria nº 2, de 1990

3 - DIRETORIA GERAL

- Extratos de contratos nºs 41 e 42/90

4 - MESA DIRETORA

5 - LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS

6 - COMPOSIÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES

EXPEDIENTE
CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

PASSOS PÓRTO
Diretor-Geral do Senado Federal
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor Executivo
CESAR AUGUSTO JOSÉ DE SOUZA
Diretor Administrativo
LUIZ CARLOS DE BASTOS
Diretor Industrial
FLORIAN AUGUSTO COUTINHO MADRUGA
Diretor Adjunto

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL
Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Semestral NCz\$ 17,04
Exemplar Avulso NCz\$ 0,11

Tiragem: 2.200-exemplares.

Ata da 131ª Sessão, em 10 de setembro de 1990
4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 48ª Legislatura
Presidência dos Srs.: Pompeu de Sousa e Francisco Rollemberg

ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS,
ACHAM-SE PRESENTES OS SRS.
SENADORES:

Nabor Júnior - Jarbas Passarinho - Alexandre Costa - Chagas Rodrigues - Francisco Rollemberg - Lourival Baptista - Jutahy Magalhães - Pompeu de Sousa - Mendes Canale - Leite Chaves - Affonso Camargo - Alberto Hoffmann - José Paulo Bisol.

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa) - A lista de presença acusa o comparecimento de 13 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Sobre a mesa, projeto que vai ser lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido o seguinte

PROJETO DE LEI DO DF
Nº 52, DE 1990

Dispõe sobre a utilização de cercas nos terrenos adjacentes aos imóveis residenciais localizados nos Setores de Habitações Coletivas e Germinadas Norte - SHCGN e Individuais Germinadas Sul - SHIGS, e dá outras providências.

O Senado Federal, no uso das atribuições que lhe confere o § 1º do art. 16 do Ato das

Disposições Constitucionais Transitórias, decreta:

Art. 1º Constitui direito dos moradores dos Setores de Habitações Coletivas e Germinadas Norte - SHCGN e Individuais Germinadas Sul - SHIGS, a utilização de cercas envolvendo as áreas públicas adjacentes aos seus respectivos prédios residenciais, desde que atendam, além das disposições regulamentares desta lei, as seguintes condições:

I - Tenham por finalidade exclusiva a preservação da segurança pessoal e patrimonial de seus moradores; e

II - Não ultrapassem a linha demarcatória do passeio público de circulação de pedestres.

Parágrafo Único. As cercas que envolvam as áreas laterais adjacentes aos lotes de esquina deverão obedecer a um afastamento mínimo de 1,00 (um metro) da linha demarcatória do passeio público paralelo à lateral do bloco.

Art. 2º Deverá o morador ou o proprietário que pretenda fazer uso da cerca de que trata esta lei, assinar Termo Constitutivo perante o Governo do Distrito Federal, no qual constem seus direitos e obrigações.

Parágrafo Único. As cercas existentes na data da publicação desta lei deverão ser re-

gularizadas em 45 (quarenta e cinco) dias, contados a partir da sua regulamentação.

Art. 3º A rescisão do Termo Constitutivo, por iniciativa do Governo do Distrito Federal, somente poderá ocorrer por motivo de relevante interesse público, impondo-se a retirada da cerca em prazo não inferior a 10 (dez) dias.

Art. 4º O morador deverá facilitar o acesso à área cercada quando necessário à execução de serviço público.

Art. 5º Esta lei será regulamentada no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias.

Art. 6º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Revogam-se as disposições em contrário.

Justificação

O problema de segurança pública em Brasília tem se avolumado à proporção do crescimento do Distrito Federal, que já conta com quase dois milhões de habitantes, a grande maioria de desempregados ou subempregados, sem contar com a população das cidades do Entorno, estreitamente vinculadas a esta unidade da Federação.

Os moradores, em particular, das quadras setecentas sul e norte do Plano Piloto de Bra-

sília, denominados Setores de Habitações Coletivas e Germinadas Norte - SHCGN e Individuais Germinadas Sul - SHIGS, tem sido alvo fácil de bandidos, dada a vulnerabilidade com que se caracterizam aqueles conjuntos residenciais no tocante à segurança.

Por conseguinte, foram levantadas, pelos próprios moradores, cercas envolvendo a área pública adjacente às moradias, com o fito de dificultar o acesso direto do marginal à residência.

A presente proposição, se aprovada, virá evitar que os moradores dos setores habitacionais em questão fiquem sujeitos à inconstância dos Governos locais, no que se refere a esse aspecto, que, em passado recente, já tentaram a remoção das cercas, sem sucesso, gerando grande desgaste para o GDF e prejuízos para a população.

Por outro lado, objetiva garantir maior proteção não só ao morador e à sua família como também ao seu patrimônio, consoante os princípios consagrados na Constituição Federal, que assegura a todos o direito à segurança pessoal e patrimonial.

Em contrapartida, ficam os seus proprietários obrigados a zelar pela área pública cercada, desonerando-se ainda o Poder Público no que se refere à manutenção e limpeza dessa área, que ficarão a cargo do morador.

Por derradeiro, vale registrar que as supracitadas cercas não atentam contra o direito de locomoção não prejudicam o meio ambiente nem ferem o conjunto arquitetônico da Cidade.

Por todo o exposto, contamos com a manifestação favorável dos ilustres pares à presente matéria, que trará grandes benefícios à população do Distrito Federal.

Sala das Sessões, 10 de setembro de 1990. - Senador **Maurício Corrêa**.

À Comissão do Distrito Federal - Decisão Terminativa

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa) - O projeto lido será publicado e remetido à Comissão competente.

A Presidência informa ao Plenário que adiou para o dia 9 de outubro do corrente ano, terça-feira, a realização da eleição, pelo Senado, de Membros do Conselho da República,

para o cumprimento do que estabelecem os arts. 52, inciso XIV, e 89, inciso VII, da Constituição Federal.

Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Senador Lourival Baptista.

O SR. LOURIVAL BAPTISTA (PFL - SE. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Srs. Senadores: **O Estado do Maranhão** que se edita em São Luís, publicou, a 29 de agosto de 1990, um artigo do ex-Presidente José Sarney, sobre a inesquecível e fulgurante personalidade do seu amigo e colega acadêmico, Senador Afonso Arinos, recentemente falecido. Traçando o perfil biográfico de Afonso Arinos, José Sarney, no seu primoroso artigo "A falta que ele nos faz", analisou, com emoção e rara eloquência literária, a intensa e decisiva presença desse grande estadista mineiro, como professor, jurista, historiador, político, escritor, jornalista, crítico literário, memorialista e, sobretudo, autêntico parlamentar, na expressão integral da palavra.

Amigo e companheiro de Afonso Arinos, durante longos anos, não poderia deixar de registrar nos Anais do Senado esse histórico depoimento de José Sarney, como um documento de valor permanente, que requeira seja incorporado ao texto deste registro, porque se trata, na verdade, de um legítimo julgamento sobre a vida e a obra de um dos mais insignes brasileiros que souberam honrar e engrandecer Minas Gerais no cenário nacional.

Citando versos de Carlos Drummond de Andrade sobre o seu notável conterrâneo - aquele que foi um ... "Renitente praticante", de ofícios entrelaçados: o de servidor de idéias e o de servidor do povo" - José Sarney logrou formular uma admirável avaliação, digna do papel que Afonso Arinos desempenhou nas múltiplas áreas da sua atuação.

Eram estas, Sr. Presidente, as sucintas considerações que desejava fazer sobre o artigo de José Sarney sobre um dos mais íntegros, lúcidos e inolvidáveis políticos que, inclusive, conquistou a imortalidade literária na Academia Brasileira de Letras, que foi Afonso Arinos de Melo Franco, que deixou um grande vácuo, não só na política, como na cultura, pelo equilíbrio e exemplar comportamento de homem público. (Muito bem! Palmas.)

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. LOURIVAL BAPTISTA EM SEU DISCURSO:

O Estado do Maranhão

São Luís-MA, 29 de agosto de 1990 - quarta-feira

A FALTA QUE ELE NOS FAZ

José Sarney

Afonso Arinos morreu. Há um vazio na História do pensamento brasileiro.

Afonso Arinos foi um dos mais altos instantes da inteligência brasileira. Sobre ele, vale lembrar o que disse Aliomar Baleeiro, seu contemporâneo e companheiro, ao abrir a coletânea de estudo de direito público publicada em sua homenagem:

"A Afonso Arinos de Melo Franco poderia caber a divisa e **puribus unum**, tal a versatilidade de aptidões e de talentos dentro da unidade monolítica de seu espírito".

Isso faz lembrar a frase lapidar de Louis Bathou em relação a outro brasileiro:

"Há em Rui Barbosa a força de muitos homens, cada um dos quais é um homem de primeira ordem."

A sua presença na vida brasileira foi tão intensa, que dela surgem as figuras do professor, do jurista, do historiador, do político, do escritor, do homem público, do jornalista, do crítico literário e do memorialista, todas ricas de significação.

A vida e a obra de Afonso Arinos, em seus múltiplos aspectos, representa rever um grande segmento da vida brasileira contemporânea, através daquele que Carlos Drummond de Andrade chamou de:

"Renitente praticante

de ofícios entrelaçados:

o de servidor de idéias

e o de servidor do povo."

Quero lembrar, sobretudo, Afonso Arinos, o parlamentar. O político detentor de um mandato do povo, intermediário de aspirações coletivas que desejam ser decisões de governo. Vivemos juntos no Congresso e lá ficamos amigos.

O Parlamento é uma Casa de sonhos e fatos. Vive-se entre abstrações e realidades, no choque permanente de idéias crepitantes e desafios irrecu-

sáveis, presos a um universo de obrigações passadas, e a compromissos de construções futuras. Dali se vê a face da Nação sendo seu próprio corpo no seu sentir, no seu sofrer, no seu caminhar pela história, e poucos são aqueles que interpretam, na ambivalência de um presente e de um passado, as vozes que iluminam aquilo que Machado de Assis chamou "um pouco instituição e um pouco gente".

Afonso Arinos foi um desses momentos raros que fazem a história dos parlamentares. Fez história e construiu um pedaço da própria história.

Começou sua vida parlamentar em 1947, nas sessões preparatórias da Câmara dos Deputados.

Seu irmão Virgílio era Secretário-Geral da UDN. Tinha grande prestígio em Minas Gerais e, no plano nacional, era um paladino das liberdades. Lutara para derrubar a ditadura e lançara a candidatura Eduardo Gomes. Construiu o 29 de outubro. Mas não tinha a ambição de candidatar-se para a Câmara dos Deputados. Revela-o a amigos e comunica a Afonso que o lugar na chapa mineira seria seu. Afonso reluta em aceitar, mas Virgílio insiste em argumentar:

"Todos nós temos de passar pelo Parlamento e você não deve deixar escapar essa tradição da nossa gente. Esta Câmara vai demorar muito. Se você não entrar agora, chegará a ela muito tarde."

Afonso volta a Minas e disputa a eleição. Não consegue uma votação brilhante: as injunções da política, os acordos locais, as fidelidades de compadresco e de família não são motivadas para o talento do grande orador e homem público. Confessou-me ele outro dia: "sempre fui um político sem votos".

Foi o último votado. E na sistemática da legislação vigente, o mandato lhe foi tirado, em eleições suplementares que então se realizaram. Seu lugar foi ocupado por Licurgo Leite.

Mas, no ano seguinte, sucede a eleição de Milton Campos. Esse fato abriu-lhe a porta pela qual ingressaria no Palácio Tiradentes.

O Governador eleito, ao encontrá-lo, exclama, numa alusão à vaga aberta:

"— Minas não me elegeu para Governador, chamou você para a Câmara."

Afonso tinha então 42 anos e assumia a cadeira, com a responsabilidade do nome tradicional e a confiança na sua extraordinária experiência e na sua cultura. Escritor e político, estas duas vertentes marcar-lhe-ão a vida e, particularmente, toda sua atividade parlamentar. Será o orador do Plenário, o teórico da política, o legislador sensível, sem deixar de ser o escritor, o homem de estilo, da palavra clara e erudita, com uma visão cultural dos fatos que jamais deixará que o homem público perca a dimensão humanística na qual balizou todo o seu comportamento partidário.

Ele descreve a sua iniciação parlamentar com a carga da visão cultural e histórica que marcará toda a sua vida de congressista.

O edifício da Câmara estava em obras. Sua posse teve lugar no Salão Nobre, sem solenidades. Mas, a Casa não lhe era desconhecida. Para ver e ouvir seu irmão Virgílio, o grande Virgílio de Melo Franco, muitas vezes ali estivera. Agora, porém, empolgava-o outro sentimento: ele seria o oitavo membro da família a ter assento no Parlamento, representando Minas Gerais.

Empossado, abandona os colegas e vai, solitário, buscar um nicho lateral do Palácio Tiradentes. Dali, deseja ver o plenário, onde, de então em diante e por tempo indeterminado, sabia que ia transcorrer a maior parte de sua vida. Eis como ele fixa essa visão:

"— Eu já conhecia aquele salão. Ali haviam falado meu pai e Virgílio. Eu não entrava como novato, naquela casa, que me era, a bem dizer, familiar. Meu irmão, meu pai, meus dois avós tinham passado por ela. E outros mais afastados pelo tempo. Eu era o oitavo do meu sangue que, entre o Império e a República, vinha representar o povo mineiro na casa do povo brasileiro." "Do nicho, sozinho, eu olhava, sem surpresa, nem receio, antes com um sentimento de íntima confiança, o recinto, escuro e vazio. Esforçava-me por ouvir as velhas vozes, que haviam reboado naquele glorioso palco da história nacional".

Essa visão intimista, ele a reproduzirá numa outra página:

"O grande salão deserto, que eu contemplava de cima, ia se animar como a platéia de um teatro, antes de se levantar o pano".

A atividade doutrinária de Afonso valeu-lhe alguns conflitos dentro do partido. Os chamados realistas o criticavam de viver nas nuvens. Suas relações com alguns líderes tornaram-se ásperas. Mas, na perspectiva histórica em que nos situamos, podemos dizer que sua visão global era a mais realista de todas, porque, através da análise do presente, apontava o futuro. Era um pioneiro, que vislumbrava a necessidade de o Brasil exercitar uma democracia moderna e não romântica, isto é, baseada em partidos nacionais, com doutrina e organização condizente com o momento histórico. Advertia ele que a fragilidade dos partidos, a sua fácil dissolução, resulta na criação de um poder instável e de um processo caótico de decisões.

Sem o perceber, construía a imagem do que seria a sua extraordinária passagem pelo Parlamento brasileiro. Era um teórico que praticava a sua teoria, enfrentando resistências internas, mas convicto das suas idéias. Era o profeta que via o que viria. Enquanto Mangabeira falava em planta terra, Afonso desejava saber, em primeiro lugar, qual planta deveria ser plantada, e bem plantada, pois árvore de lei, se bem plantada, séculos viverá. Ele sabia que se, naquele momento da vida brasileira, não fossem criados partidos capazes de assegurar a continuidade do processo democrático, marcharíamos fatalmente para o caos institucional.

Afonso Arinos era então vice-líder do partido, ao lado de Ernani Sátiro e Luís Garcia. O líder, Soares Filho, já doente, de pés inchados, andando de sandálias, pressentia a morte. E via em Afonso uma figura exponencial da Casa e da bancada. Era dessas figuras que constroem épocas e marcam os parlamentos.

Antes de viajar para o exterior, Afonso foi despedir-se do seu líder. O diálogo foi seco e carregado de presságios.

"— Quero despedir-me de você, vou viajar."

Respondeu-lhe Soares Filho, a mastigar um longo charuto:

"— Pois vais voltar líder."

A profecia se realiza. Morreu Soares Filho e o sucessor natural era Afonso. Mas em política, toda vez que se violenta uma solução natural, paga-se um preço alto. Esse preço de não fazê-lo, líder a UDN não pagou. Os mineiros não são políticos de decisões imediatas. A bancada mineira, reunida sob a liderança de José Bonifácio e Leopoldo Maciel, não apoiou a indicação de Afonso. Este, chocado, foi à Tribuna e despede-se da liderança. A Câmara reagiu; não era mais a UDN que falava, era a Casa Inerteira que lhe pedia para ser o líder. A bancada do PDS do Rio Grande do Sul asseverava:

"Nós não temos nada com Minas. O Senhor não pode sair da liderança." — O que se instalou no Catete não foi um governo, foi uma conspiração".

E como era esperado, o Governo naufragou no mar-de-lama, expressão cuja autoria Aliomar Baleeiro reivindicava, pois foi o primeiro a proferi-la. Veio Toneleros. Abriu-se o túmulo do Major Rubens Vaz. A Guerra do Palácio foi envolvida, e a revolta, o nojo, o desespero, a paixão extrema invadiram todas as almas.

Esse ambiente iria ensejar uma das páginas mais belas de nossa oratória parlamentar.

O discurso parlamentar é a mais difícil produção literária. Ele vive do instante, do clima, do lampejo, das galerias, da emoção presente, da comoção de todos. Tem um objetivo pronto, preciso, imediato, que se esgota com o tempo. Em centenas de milhares de páginas de Anais parlamentares, os discursos parecem velhas sepulturas abandonadas. Lê-los, é tentar sentir emoções mortas; não têm mais almas. O tempo e os episódios passam e eles também. Assim, é difícil um discurso parlamentar resistir ao crivo dos anos.

Joaquim Nabuco dizia que um escritor se faz e se afirma num livro só e às vezes numa frase. No Parlamento, não raro num aparte, num parecer, num projeto, consagra-se um político.

Afonso Arinos conseguiu eternizar-se em todos esses momentos. Mas o maior deles ocorreu a 13 de agosto de 1954.

Getúlio Vargas fizera em Minas um discurso agressivo. Afonso Arinos, como líder, não podia deixá-lo sem resposta. O País vivia entre a perplexidade e a angústia. Depois da

tragédia da Rua Toneleros, todos esperavam o fim do Governo. Não havia mais área para entendimentos ou recuos. O ódio dominava as almas, o ranger de dentes contra a face dos políticos. Vivíamos o impasse.

E foi numa sexta-feira, 13, que Afonso assomou à tribuna da Câmara para proferir a oração que ele reconhece ter se tornado a mais famosa nos anais parlamentares brasileiros. Ouçamo-lo recordar aquele momento:

"No silêncio da grande sala minhas palavras se despenhavam e eu as ouvia, recebia-lhes o eco, como se fossem de um outro; de alguém que não eu, que estivesse falando dentro de mim.

Mais de uma vez tenho experimentado sintomas desse conflito entre a emoção e o raciocínio, entre o ímpeto e a prudência, quando estou falando e me apaixono com o que digo. Mas nunca tal fenômeno se fez sentir tão nitidamente como naquele dia. Meu cérebro era o simples instrumento do meu coração, era toda a minha alma que se arrebatava pela boca, numa força que não me era possível reprimir".

Eis alguns trechos do discurso, que dão idéia de sua elevação e de sua grandeza:

"Sr. Presidente, há uma versão histórica, há pelo menos uma tradição legendaria que declara que, no momento em que a maior Justiça se encontrou com a maior injustiça, e no dia em que o erro supremo se defrontou com a suprema Verdade, nesse dia o juiz, o interessado na justiça, o representante do poder estatal, que era Pôncio Pilatos, em face da perturbadora fúria, em face do transviamento das multidões arrebatadas, esquecendo-se dos deveres morais que incumbiam à sua pessoa e dos mistérios políticos que incumbiam o seu cargo, respondeu a uma advertência com estas palavras melancólicas: "Mas, que é a verdade?"

A resposta a esta pergunta tem sido inutilmente procurada pelos pensadores e pelos filósofos. Que é a verdade? Para cada qual ela se apresenta diferente. Para cada além, para cada esperança, para cada paixão, para cada interesse, a verdade se reveste de roupagens enganosas. Mas nin-

guém jamais formulou esta pergunta em relação à negação da verdade, ninguém perguntou jamais: "Que é a mentira?"

Ao Sr. Getúlio Vargas respondo que, se não é possível saber que é a verdade, é perfeitamente possível saber-se o que não é mentira.

S. Ex^a nos acusa de estarmos proferindo mentiras contra seu Governo. S. Ex^a investe contra nós, declarando que, da voz do povo, sai um clamor de mentiras. E eu pergunto: Será mentira a viuvez, o crime, a morte, a orfandade? Será mentiras os corpos dos assassinados e dos feridos? Será mentira o sangue que roçou na sarjeta da Rua Toneleros? Será mentira a presença dos orfãos privados do pai que os devia assistir? Será mentira a viuvez lutuosa que outro dia assistimos confrangida e ajoelhada na prece do perdão, na ausência do companheiro de sua vida? Será possível que aquele velho político não sabe que um jovem herói tombou, siderado pela arma dos assassinos?"

Proferido o discurso, Afonso sentiu a gravidade do momento histórico que então ia viver o País. Lembra ele:

"Comecei a perceber que um episódio irreversível se criava com aquele discurso. Não havia mais como recuar. Ou o Governo dominava a situação, e estávamos perdidos, ou não os dominava, e não poderia continuar."

E conclui:

"Para onde corria o Brasil e nós mesmos dentro do turbilhão? Tudo poderia acontecer daí por diante." ("A Escalada", p. 334.)

Os fatos vieram confirmar aquelas preocupações. O tiro de Getúlio no peito atingiu de morte a incipiente democracia, a oposição udenista. Reverteu expectativas políticas e matou esperanças. Foi talvez o seu maior golpe político. Não foi o desespero do injustiçado, nem a angústia do sitiado, tampouco a demência de um atribulado. Foi um gesto racional de um grande e lúcido político. Ele examinou o quadro, balanceou as saídas, criou o cenário da tragédia e por ela optou, porque esta era uma hipótese em que ninguém pensara e estava aberta. Era o sacrifício, o gesto nobre e extremo que sempre lhe negaram, o gesto do político que não se

deixa derrotar. Daí a sua frase reveladora de quem se mata pensando na vitória:

"E aos que pensam que me derrubaram respondendo com a minha vitória."

Esse tiro de Vargas atingiu a todos, mas não trapassou o discurso de Arinos. Os fatos se perderam no tempo, a paixão também, mas não aquelas palavras saídas em borbotões, belas, bem construídas, que reuniam todos os recursos da oratória para atingir um fim: acuar o Presidente.

Mas não foi apenas essa oração que engrandeceu a Câmara e a própria inteligência brasileira. No momento da tragédia antevista, alguns dias depois - a 24 de agosto, a mesma grandeza oratória era provada em face da Nação.

O suicídio de Vargas abalou a sensibilidade do País, deste imenso país de bom coração. A legenda da morte criava uma situação nova, que punha à prova a coragem e revelava fraquezas. Nessa hora, Afonso Arinos dignificou a tribuna da Câmara, numa lição de firmeza e serenidade. Enfrentando as circunstâncias, fez questão de falar, numa atmosfera de revolta e ameaças, dominada pelo risco da incerteza. Falava mesmo que o seu Partido não o desejasse ou que o destituissem da liderança. E produziu um breve discurso, contido e equilibrado, que é também uma peça definitiva do seu talento. Disse ele:

"O drama com que se encerraram os acontecimentos políticos, que tanto sacudiram o País, pertence à História. A História também já pertence a personalidade do Presidente Getúlio Vargas... Este momento não comporta ajuste de contas nem verificações de erros... É com o coração puro, com a mente desimpedida de quaisquer remorsos ou sentimentos de culpas que elevo, nesta hora, a Deus as minhas preces, pensando no Brasil."

Getúlio morto, velado no Cateite, e o homem que, dias antes, empunhava uma espada de fogo contra ele vinha à tribuna, agora, com a bravura cívica dos grandes oradores, enfrentava a todos, e saía no silêncio do respeito geral. O discurso do dia 19 se completa com este do dia 24:

"Nunca me conduzi por ódios e paixões."

Certa vez, perguntei a Afonso Arinos como julgava a sua ati-

vidade parlamentar, e ele me respondeu:

" - A Câmara para mim foi muito mais importante."

Diria que foi mais vibrante, mais próxima da inquietação das ruas e do tempo, mais presa aos fatos grandiosos vividos na época. Entretanto, no Senado, sua passagem é marcada também por uma atuação extraordinária. Na renúncia do Presidente Jânio Quadros deu mostras de sua habilidade e da sua grande influência, ao participar da formulação política que evitaria um confronto que já se afigurava inevitável. A fórmula encontrada então foi o parlamentarismo, de breve experiência na evolução da crise brasileira.

Foi ainda no Senado que Afonso escreveu o Capítulo dos Direitos Individuais da Constituição de 1967. E lá proferiu discursos memoráveis, como a saudação ao General De Gaulle, em outubro de 1964, em que o orador foi o filósofo da história, ante a figura do grande estadista.

Os grandes momentos da oratória parlamentar de Afonso Arinos de Melo Franco são numerosos. Sempre marcados pelo ardor de suas convicções políticas, pela solidez e profundidade de seus conhecimentos jurídicos e pelo necessário gosto literário, eles revelam o homem de cultura, o humanista, o professor e político que encarna uma época. Essas qualidades não só se revelam nos debates, em que nunca resvalou para o vulgar ou para o que desmerecesse sua estatura intelectual, mas também nos momentos, solenes em que saudou em nome do Parlamento brasileiro altas personalidades como André Malraux, o General Eisenhower e tantos outros.

O orador parlamentar e o legislador se ombream em Afonso Arinos com o professor, o estudioso, o conhecedor profundo dos problemas políticos brasileiros. Mas o traço predominante é o seu próprio exemplo, a sua personalidade, a sua vida, o fato de que podemos repetir com ele a experiência de Plutarco em "Vidas Paralelas".

A simetria a ser estabelecida, no caso de Afonso Arinos, tem de ser necessariamente com Joaquim Nabuco. O próprio Afonso, sem ter vivido por imitação, visto que há nele uma originalidade instintiva, própria de sua condição e de seu gênio, deixa transparecer essa concordância. Reconhece que o seu melhor discurso parlamentar, em 1949, foi o pronuncia-

mento em comemoração ao centenário de Joaquim Nabuco:

"Os problemas divergem, as soluções têm que ser arrojadas ao sofrimento da nossa experiência sucessiva, mas existe em nós como existia nele (Nabuco) e naqueles que labutaram e sofreram antes dele, algo de conseqüente, algo de continuamente ligado à personalidade humana e que devemos pôr em jogo para a solução de nossas lutas, mas não devemos sacrificar, em hipótese alguma, nas nossas reivindicações."

Afonso Arinos salienta os traços dominantes no espírito e na inteligência de Nabuco, os princípios do individualismo como filosofia política, como manifestação de crença nas possibilidades de aprimoramento e de evolução do homem, e o liberalismo jurídico de que ele foi o mais alto representante do Brasil. E faz uma síntese do seu próprio pensamento, que pode ser entendida também a Nabuco:

"Relativamente das doutrinas, aceitação do progresso social, crença nos valores permanentes e imprescindíveis do ser humano."

Em Nabuco, "Um Estadista do Império", e em Afonso Arinos, "Um Estadista da República". É o que é a "Alma do Tempo", de Afonso Arinos, senão a "Minha Formação", de Nabuco, quer no tom da poesia evocativa, quer no gosto das idéias políticas?

O Conselheiro Nabuco de Araújo preparou politicamente o filho, quase sem dar por isso, assim como o Afrânio de Melo Franco preparou Afonso Arinos para a atuação política que viria com a sua maturidade.

Lendo as cartas que, no começo de sua vida, Nabuco escreveu a Machado de Assis, sentimos que no publicista pernambucano a primeira inclinação é a das letras. Arinos se aplica a mesma observação, e em ambos há o mesmo espírito de família, a mesma formação cristã, a mesma compenetração de que a vida é uma missão que deve ser superiormente exercida e desempenhada.

Não se pode escrever a história do Império sem voltar a "Um Estadista do Império", de Nabuco. Ali estão algumas das lutas de nossa formação histórica, de harmonia com o lastro fundamental de idéias que levaria o Brasil ao parlamentarismo, no Império.

Não se pode escrever a história da República sem os livros de Afonso Arinos. Chego mesmo à convicção de que alguns de nossos erros políticos, na experiência republicana mais recente, decorrem do fato de que não foi meticulosamente repensada, à luz dos textos de Afonso, o seu ideário político.

Com a experiência que advém desta minha dupla vida — a de escritor e a de político — coloco Afonso Arinos ao plano dos mestres da nacionalidade brasileira. E quero reconhecer e proclamar que, na sua personalidade, o político não se dissocia do escritor, embora constituam vidas simétricas. É o escritor que dá forma às idéias políticas de Afonso Arinos.

E como se expressam essas idéias? De um lado, pela obra do pensador político; de outro lado, pela obra do tribuno parlamentar.

O discurso parlamentar tem algumas singularidades. Não é apenas a palavra de uma convicção exaltada na tribuna, a serviço de um objetivo político. É sobretudo a interpretação da consciência popular no plano municipal, no plano estadual e no plano nacional.

O pensador político, em Afonso Arinos, é indissociável de sua condição de professor universitário, mestre do Direito Constitucional. O professor é um traço de união entre o saber acumulado e a curiosidade das novas gerações. Mas, quando o professor ultrapassa a sala de aula, o mestre é por natureza o pensador político, como no exemplo de Tobias Barreto.

A bibliografia parlamentar de Afonso Arinos ainda não foi feita. Ela encerra centenas de discursos, pareceres, intervenções, emendas, projetos, toda uma produção extraordinária à disposição dos brasileiros.

Várias vezes o ouvi na tribuna. Começava a falar com um ar de enfado, como se estivesse apenas se desincumbindo de uma aula. Mas logo o professor encarnava-se no político, e a voz crescia sem arroubos exagerados. Aprendia-se do seu talento a precisão da linguagem, peculiar à sua vocação de escritor, à pureza do estilo, e o fato político se transfigurava e parecia eternizar-se, materializado em prodigioso discurso.

Odylo Costa, filho, conta que ouviu de Nereu Ramos, em novembro de 1955 — a época é significativa, porque muitos

eram, os motivos que afastavam o Senador do então líder ude-nista — que considerava Afonso Arinos a mais completa figura de orador parlamentar da História do Brasil.

E prossegue Odylo:

"Eu, notoriamente íntimo de Afonso, fiz um pouco o advogado do diabo, descí ao Império, passei ao Congresso da Primeira República, citei nomes muito amados; aqui e ali Nereu identificava alguma qualidade possuída em grau mais alto, intenso, criador ou mordaz que Afonso, mas insistia em que nele o conjunto era mais harmonioso e, por isso, mais forte. E o mesmo juízo se estendia aos contemporâneos... que todos Nereu louvava, grandemente e com gosto, mas dando o primeiro lugar a Afonso."

Afonso Arinos encerrou sua atividade parlamentar com a apresentação da emenda que introduzia o sistema parlamentar de governo, a partir de 15 de março de 1971. Mas ainda proferiria um belo discurso, em janeiro de 1971, conhecido como Exortação ao Congresso, em que exaltou a tribuna parlamentar, onde tanto refulgira o seu talento, como "uma eminência de onde se descortina o panorama do País... o espaço nacional, o espaço temporal, o espaço histórico de que o Parlamento brasileiro tem sido, há tantos anos, há mais de meio século, há quase século e meio, a expressão genuína e o espelho fiel".

O parlamentar Afonso Arinos, porém, não está apenas nos Anais. Também em suas memórias ele recria o Parlamento, fazendo reviver, numa busca do tempo, fatos e pessoas. Como os de Nabuco, seus perfis são extraordinários. Apenas como exemplo, citemos o de Agammon Magalhães:

"Agammon vivia como um gato bravo, nervos tensos, garras prontas, e pêlo ericado na espinha do arco, prestes para o salto e a unhada. As raras raríssimas vezes que intervinha nos debates do Plenário, fazia-o muito sério e pálido, afetando na face enigmática uma calma meio desdenhosa, que não sentia. Só os olhos móveis e tristes lhe abriam uma janela reveladora para a alma, devorada de inquietadora paixão."

De sua obra memorialística, disse Alceu Amoroso Lima que, "é, ao mesmo tempo, um retrato interior e de corpo inteiro de uma autêntica flor de civili-

zação e cultura, como a imagem de uma época e de uma galeria de figuras, que sua pena aguda soube gravar em traços indelévels".

Em página de circunstância, escrita por ocasião dos seus setenta anos, Afonso se revê e assim resume a sua vida pública:

"A força interior fluindo sem tormento, sem tormentos, independente de mim, força de que sou simples depositário e que, por saber disto, não procuro negar, de que presto contas com o fato de deixá-la fluir. A palavra escrita e falada. Quase meia centena de livros; milhares de aulas, de entre incontáveis discursos; discursos em recintos fechados, ou a céu aberto, em calma ou tumulto por toda Minas, por todo o Rio, por quase todo o País. Também no estrangeiro, abrindo duas sessões das Nações Unidas, em Nova Iorque; participando da Conferência Interamericana de Caracas; no Congresso de Lima; na reunião da UNESCO; em conferências parlamentares na França, Itália, Austrália, em universidades ou institutos culturais na Argentina, no Uruguai, França, Bélgica, Itália, Estados Unidos, Argélia, Portugal, Israel, Senegal. Milhões de palavras, algumas para milhões de pessoas graças ao rádio e à tevê. Palavras esquecidas, que se foram sedimentando, confundindo-se com as dezenas de milhares de páginas escritas, o que tudo formou uma imagem de mim que não é mais minha, que me escapa totalmente, e que não sei bem qual será."

Agora não o temo mais.

Presidente da República, interferi na política do Rio para fazê-lo candidato a Senador. Morre Afonso, parlamentar. Talvez essa tenha sido a função que desempenhou na vida com maior prazer.

Como dizia Rilke: "todos os grandes homens já morreram".

É essa imagem que não é mais sua, porque é da Nação, que ficará. A imagem de um homem que, no Parlamento, modificou, algumas vezes, a História do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa) — Com a palavra o nobre Senador Francisco Rollemberg.

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG (SE. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente,

Srs. Senadores, uma parcela ponderável da minha vida eu a passei nas enfermarias, nos hospitais, nas salas de pronto-socorro, e a maior parte dela nas salas de cirurgia. Trabalhei em hospitais, como a Santa Casa de Misericórdia, pobres hospitais de interior, onde o meu trabalho tinha uma atuação meramente filantrópica. Trabalhei em hospitais de bom nível na Capital do meu Estado e posso dizer, Sr. Presidente, Srs. Senadores, da diferença imensa que encontrei não somente na qualidade do atendimento como na qualidade da assistência que se pode prestar ante a profusão de material técnico que a ciência médica hoje oferece.

Nos hospitais ditos de verba, aqueles hospitais de interior, aqueles hospitais estatais ou públicos, sempre a medicina foi um tanto capenga, claudicante, não podendo, de certa forma, concorrer com os hospitais de bom nível, ou seja, os hospitais particulares.

Preocupado com este fato, estávamos a pensar uma maneira de trazer ao Senado as reivindicações dessas casas de saúde, quando me deparei com um artigo muito interessante, do Professor Adib Jatene, cujo título foi "Hospital Público Competitivo", que, de certa forma, veio a reforçar a minha tese, o meu propósito de se permitir que os hospitais públicos, a exemplo dos hospitais particulares, passassem também a vender serviços. Vender serviços, de certo modo, hoje, é ser credenciado e aceito pela Previdência Social.

Recordo-me, Sr. Presidente, que, por longos anos de mandato na Câmara dos Deputados, andava por ceca e meca atrás da Previdência Social para credenciar hospitais que sobreviviam milagrosamente na Capital e no interior do meu Estado.

O Professor Adib Jatene, com a sua sabedoria, os classifica de duas formas: o "hospital de verba" e o "hospital de receita". Vou ler o que diz o Professor Adib Jatene, que, como disse anteriormente, de certa forma também é o meu pensamento, para fazer algumas digressões ao final.

O Sr. Lourival Baptista - Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG - Com muita honra, Senador Lourival Baptista.

O Sr. Lourival Baptista - Eminentíssimo Senador Francisco Rollemberg, estou ouvindo seu discurso com muita atenção e

desejo dar meu depoimento a respeito de V. Ex^a que, posso dizer, foi meu calouro, porque me formei alguns anos antes. Um depoimento de sua ação como médico, no meu Estado. Profissional respeitável, chamado de "o bisturi de ouro", grande operador que é, V. Ex^a tem conseguido, graças à profissão de médico, tanto eu como V. Ex^a, os títulos e as posições a que hoje chegamos. V. Ex^a exerceu vários mandatos na Câmara dos Deputados, e eu, aqui neste Senado, estou há 20 anos. É, portanto, com a maior satisfação que apartei V. Ex^a, para dizer que V. Ex^a é um médico que soube ser médico, que honra a sua profissão, que dignifica o nosso Estado como médico e, como tal, ainda tem muitos serviços a prestar dentro da sua profissão, porque, nas suas férias, nas suas andanças pelo Estado, a sua porta está sempre cheia de clientes pedindo para serem operados por esse bisturi mágico de Sergipe.

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG - Senador Lourival Baptista, eu fui, de certa forma, discípulo de V. Ex^a. Conheço-nos na Bahia - eu, vestibulando, e V. Ex^a, já um médico renomado. V. Ex^a é homem que se dedica muito a Sergipe. V. Ex^a aceitou interiorizar a medicina no Estado. Saiu da Bahia para ser médico na antiga Capital, São Cristóvão. A sua atuação, Senador Lourival Baptista, não se fez presente somente ali. Encontrei V. Ex^a, depois, a atender gratuitamente no Sindicato dos Ferroviários, classe que tem por V. Ex^a um imenso respeito.

Encontrei V. Ex^a na antiga Caça e Pesca, também prestando um trabalho intenso e profícuo gratuitamente, dando-se com amor e carinho à sua profissão. Exercemos especialidades diferentes. V. Ex^a foi um grande clínico, amado e estimado pelos sergipanos, e, mesmo sendo baiano, hoje é o decano dos políticos e dos homens públicos de Sergipe. V. Ex^a honrou sua profissão e vem honrando os mandatos que o povo de nosso Estado concede a este sergipano baiano que é V. Ex^a.

Sr. Presidente, diz Adib Jatene:

"O hospital de verba, geralmente público, que obtém seus recursos de orçamento elaborado no ano anterior, com estimativa irrealista da inflação. Nos primeiros meses do ano, esgotadas as verbas, passa a viver de suplementações que dependem de autorizações governamentais sempre difíceis de

obter. Não há relação entre o atendimento feito e os recursos disponíveis."

Isso me faz lembrar, Sr. Presidente, que, quando da instalação do Funrural, conseguimos que esse Fundo também ajudasse a esses hospitais. O Funrural dava a essas casas de saúde uma verba limitada, para lhes cobrar um trabalho ilimitado, e, ao final, nada acrescentava a aqueles hospitais, nada ajudava a sua sobrevivência; dava uma autoridade muito grande à Previdência de cobrar, desses hospitais que esmolavam, um atendimento não só em qualidade como em quantidade que os hospitais não poderiam dar.

"Deste modo, não só as aquisições de materiais de rotina, como também compras específicas, ou reposição de pessoal, reformas etc. tornam-se verdadeiro tormento para o administrador. Por outro lado, a remuneração do pessoal, sujeita a tabelas quase sempre desatualizadas, quando comparadas com o mercado de trabalho, impede que se retenham os funcionários mais capazes. Daí à baixa do padrão de atendimento e ao sucateamento das instalações é apenas um passo.

O "hospital de receita", geralmente privado, seja ele beneficente ou não, obtém seus recursos do atendimento que presta. O doente, ou alguém por ele, paga ao hospital o correspondente aos gastos realizados. Se houver um cálculo atuarial adequado, os valores estabelecidos permitem ao hospital captar o necessário para manter-se funcionando com eficiência, remunerar adequadamente o seu pessoal, realizando compras, reformas e manutenção ou substituição de equipamentos com a agilidade necessária."

Conclua o artigo propondo um sistema misto de verba e receita, para que o hospital público pudesse funcionar adequadamente, mantendo a responsabilidade governamental, e assinalava que existiam experiências neste sentido.

Hoje, penso que a justificativa de um novo sistema de funcionamento dos hospitais públicos, incluídos os universitários, é urgente, se quisermos preservar um patrimônio que é da população e que precisa ser eficiente, competindo em qualidade com os melhores hospitais privados.

Isso me faz lembrar, Sr. Presidente, meus tempos de acadêmico na Universidade da Bahia. Possuímos o melhor hospital de

Salvador, mas era terminantemente proibido pela Previdência Social que os previdenciários fossem internados naquele hospital, com a alegação de que eles seriam usados como material didático.

Veja V. Ex^a as dificuldades por que passavam os doentes e as dificuldades por que passavam os hospitais públicos do Brasil.

"A idéia do hospital público competitivo pode ser verbalizada como aquele hospital procurado não apenas por quem não tenha outra opção, mas também por aqueles que têm possibilidade de escolher e escolhem o hospital público, não porque ele é gratuito, mas porque ele está entre os melhores."

Entre eles, eu me recordo, um hospital que era de referência, de excelência no Brasil, o antigo Hospital dos Servidores Públicos do Estado, o Ipa-se, no Rio de Janeiro, que hoje não apresenta e não pode ser classificado entre os melhores, haja vista ser um hospital estatal, que não vem merecendo atenção daquelas que cuidam da saúde brasileira, atenção para que possa continuar a ser um hospital de referência, de excelência que iniciou e preparou os primeiros médicos que fizeram residência no Brasil, e que puderam se especializar, para se ombrear com os melhores especialistas da América Latina e de todo o Mundo.

"Para ser competitivo, precisa estar com seu equipamento atualizado e moderno, precisa ser limpo, seu pessoal eficiente, dedicado, bem remunerado e com seu destino ligado ao da instituição. A operacionalização desta proposta é complexa, porque exige análise objetiva das causas do insucesso dos hospitais públicos. Vou considerar, como exemplo, a situação do médico nestes hospitais."

Isso quem diz é Adib Jatene, Professor da Universidade de São Paulo.

"Hospital pressupõe a existência de pessoas doentes que dependem de diagnóstico e orientação terapêutica. Estas são atribuições do médico. Por isso a qualidade do hospital depende, não apenas da presença de médicos capazes, mas, ao mesmo tempo, com todas as condições para o exercício da profissão. Seria recomendável que o médico exercesse toda a sua

atividade em um único hospital.

Na situação atual dos hospitais públicos, isto não ocorre porque o médico é assalariado e impedido de atender aos clientes que o procuram e que, eventualmente, possam pagar, seja diretamente, seja através de convênios ou seguros. Isto o obriga a tratar este tipo de paciente em hospital privado, criando a dupla militância. Não foi o médico que criou esta distorção, mas o hospital, quando o proíbe de atender a quem pode pagar."

É muito comum, Sr. Presidente, Srs. Senadores, o médico ser acusado da dupla militância. Inclusive de desviar o doente do hospital público para as casas de saúde particulares.

Mas, nunca se disse em defesa do médico, em defesa da seriedade que se impõe no exercício da profissão médica, que esses médicos que assim o fizeram, no mais das vezes, porque não podiam fazê-lo de outra maneira. Estavam proibidos de exercer a profissão nos hospitais públicos.

Diz Adib Jatene:

"O argumento de que se estaria utilizando um próprio do Estado para ganhar dinheiro não se aplica, pois o cliente procuraria não o hospital, mas o médico onde quer que ele esteja. Nenhum hospital vale ou é procurado pelo prédio ou pelas instalações, mas pelo pessoal que possui, especialmente pelos médicos. Já é tempo de se aceitar que são as pessoas que fazem as instituições e não as instituições que fazem as pessoas. Em qualquer setor de atividade é assim, até no esporte, onde o atleta excepcional é disputado a peso de ouro para levantar sua equipe.

Estranhamente, os médicos que se destacam no hospital público, que se diferenciaram, que passam a ser procurados, ou são impedidos de atender, ou são obrigados a atender fora do hospital. Esta postura precisa ser modificada. A idéia de que, se se permitir o atendimento remunerado, os que não podem pagar sejam preteridos é equivocada. Nada mais simples de se resolver. Se 15% ou 20% da população podem, diretamente ou através de seguro, convênio, etc. arcar com as despesas, que se destine um

percentual correspondente de leitos para este tipo de atendimento.

A renda daí auferida pelo hospital trará benefícios para os outros 80% dos leitos, e a fixação dos profissionais, especialmente dos mais capazes, aumentará, significativamente, o rendimento de todo o conjunto, beneficiando um número muito maior de pacientes, sem onerar o orçamento fornecido pelo Estado. Ao contrário, o hospital captará uma receita adicional.

Lamentar as deficiências e limitações e culpar o Governo ou culpar os médicos não solucionará os nossos problemas. Elaborar novos modelos, apelar para a criatividade capaz de oferecer alternativa é obrigação de todos os que têm senso de responsabilidade e a noção clara de que, no regime democrático, não só os que ocupam cargos, mas todos nós somos governo.

O hospital público precisaria, além do orçamento que lhe dá o Estado e que lhe garante o básico, captar recursos gerenciados diretamente pelos responsáveis pelo hospital. Isto modificaria o seu perfil, fazendo com que cumprisse o papel de liderança que deve ter como instituição que, além do atendimento de alta qualidade para todos os estratos da população, estabelecesse os padrões de despesa que orientariam o próprio Estado quando da contratação de serviços aos hospitais privados.

Tornar os hospitais públicos competitivos é um desafio que já está sendo enfrentado. Existem poucos exemplos, mas já suficientes para permitir algum otimismo. Isto faz parte da recuperação da imagem e da credibilidade dos órgãos estatais capazes de alterar os destinos da própria medicina brasileira.

ADIB DOMINGOS JATENE, 60, médico cardiologista, é professor titular da Faculdade de Medicina da USP e diretor do Instituto do Coração do Hospital das Clínicas (SP)."

Sr. Presidente, em lendo esse artigo de Adib Jatene, com o inrôito que fizemos, queremos dizer que foi nosso propósito trazer, nesta tarde, a este Plenário, alguns esclarecimentos sobre o que ocorre com os hospitais no Brasil, e ofere-

cer a esta Casa, entre tantas propostas, a de que os hospitais públicos para se tornarem eficientes precisam estar tecnicamente preparados. Têm que suportar as suas despesas e, para isso, não podem trabalhar com orçamento feito, subestimado do ano anterior. Têm que vender serviços.

Toda entidade que quer melhorar e pode fazê-lo deve vender serviços, e os hospitais não fogem à regra.

O Sr. Jutahy Magalhães - Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG - Ouço V. Ex^a com prazer.

O Sr. Jutahy Magalhães - V. Ex^a traz, a debate, mais uma vez, essa questão da saúde pública no País, principalmente como médico que é, defendendo merecida e justificadamente os seus companheiros, os seus colegas. Quase sempre quando ocorre um erro, ou até mesmo um ato criminoso, procura-se generalizar a prática desse crime, desse ato. Começam a querer jogar a opinião pública contra os médicos, em geral, quando, na realidade, não se pode fazer isso com a classe. O que existe são erros isolados que não podem ser generalizados. Quanto aos hospitais públicos, V. Ex^a também tem razão. No Brasil, temos a obrigação constitucional de dar saúde e educação ao povo. Mas, infelizmente, o Estado não tomou conta dessas duas áreas, não fez aquilo que era necessário fazer, para que o público pudesse procurar tanto as escolas públicas quanto os hospitais públicos, e não tendo nem um serviço nem outro para apresentar à população esta tem que buscar as instituições privadas, que não podem ser combatidas como um todo por causa dessa ausência do Estado nesses dois setores básicos sociais do País. Portanto, mais uma vez, quero parabenizar a V. Ex^a por trazer sempre esses assuntos sérios para conhecimento e debate da Casa.

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG - Agradeço a V. Ex^a pelo aparte, porque vem complementar aquilo que dizíamos: educação e saúde são direitos de todos e dever do Estado. Agora, o Estado, para oferecer saúde de boa qualidade e não ficar a acusar os médicos de displicência, incompetência, imperícia, imprudência e coisas tais, deve criar condições para que o médico possa exercer com proficiência e com dignidade a sua profissão, e isso ele só pode fazer em um ambiente adequado para o desempenho da sua especialidade, da sua arte - diga-

mos assim, - porque medicina é arte, com boa qualificação.

O que estamos vendo a todo instante é uma preocupação muito grande na estatização também do atendimento ao público. Sim, acho que deve ser, mas da mesma forma como eu defendia nesta tribuna o ensino superior universitário pago, para aqueles que podem pagar, estou defendendo, agora, neste instante, que a saúde também deve ser paga, o tratamento médico, para aqueles que podem fazê-lo, porque aqueles que podem fazê-lo, mesmo fazendo num percentual de 15, 20, ou 25% num hospital, contribuem de muito para que não falem aos 80%, que não podem contribuir em coisa alguma, senão com a sua própria miséria e com a sua própria doença.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, eram estas as idéias que eu queria trazer à discussão nesta tarde, neste Plenário. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa) - Com a palavra o nobre Senador Antônio Luiz Maya.

O SR. ANTÔNIO LUIZ MAYA (PDC - TO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Senadores, o ano de 1990 foi convencionalizado como o "Ano Internacional da Alfabetização", e o dia 8 de setembro como sendo o dia D deste "Ano da Alfabetização". Ambos, o ano e o dia, se constituem em símbolo de um esforço concentrado em torno da idéia de humanização ou de humanizar o ser humano através da educação básica, para que ele seja um sujeito consciente de sua própria cidadania. Ambos, o ano e o dia, se constituem em sinal de que a alfabetização é uma atividade de primeira necessidade dentro do contexto de formação e auto-realização do homem no mundo em que vive e trabalha.

Ao ensejo da comemoração da data e do ano, faz-se mister tecer algumas considerações que ressaltem a importância do evento.

A imprensa divulgou, semana passada, notícias alarmantes, como a que afirma que o Brasil tem 85% do jovens - entre 15 e 19 anos - fora da escola, por falta de acesso ao próprio sistema de ensino. Outra notícia: "Governo joga duro contra o analfabetismo".

No Brasil, são 25 milhões de jovens e adultos analfabetos e 7 milhões de crianças de 7 a 14 anos que estão fora da escola.

Uma terceira notícia dá a verdadeira dimensão do problema: "Falência da educação é hoje um assunto de segurança nacional".

Todas essas afirmações são feitas com base em estudos sérios e pesquisas realizadas.

O problema do analfabetismo e da falta de educação básica para grande parte da população adulta e escolarizável não é exclusivo do Brasil, mas é, sobretudo, do Brasil. Há que se reconhecer essa realidade.

A solução do problema depende de planejamento sério e de trabalho eficiente. Nesse trabalho, toda a sociedade brasileira deverá engajar-se. O Governo Federal se propõe a lançar o Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania, para o qual irá canalizar recursos que precisam atingir, de imediato, os reais objetivos do mesmo, que são a eliminação e a erradicação definitiva do analfabetismo em terras brasileiras.

Todos os segmentos da sociedade são convocados a assumir uma tarefa efetiva dentro do Programa, pois a responsabilidade pela solução do problema é de todos e de cada um dos brasileiros.

Concordo, Sr. Presidente, com o decálogo das constatações inevitáveis, acerca da alfabetização, catalogado pelo advogado e professor universitário Joaquim de Arruda Falcão e divulgado pela Folha de S. Paulo em sua edição deste domingo, dia 9 de setembro.

Este decálogo, à oportunidade do "Dia da Alfabetização", merece ser lido nesta tribuna, dada a sua importância como elemento de contribuição para se solucionar de vez o problema do analfabetismo no Brasil.

Passo, então, Sr. Presidente, Srs. Senadores, a ler o artigo denominado "Alfabetização - Dez Constatações Inevitáveis", para que seja registrado nos Anais desta augusta Casa, em comemoração ao "Ano" e ao "Dia Internacionais da Alfabetização".

"São dez as constatações inevitáveis a favor da alfabetização. Que não foram fáceis de serem percebidas. Ao contrário. Custaram muito ao Brasil. Foram construídas ao longo de erros e acertos de nossa história. Resultaram da experiência de milhares de cidadãos, professores, pesquisadores e líderes. Mas que hoje, ainda que com algumas divergências, tendem

a integrar o que poderíamos chamar de "o senso comum contra o analfabetismo. São as seguintes:

Analfabetismo não é qualitativo, é substantivo. Não é defeito pessoal. É fracasso social. Ninguém é analfabeto por opção. A sociedade é que não cumpriu seu dever. Distribuiu desigualmente o saber. Não é estigma, nem palavrão. Nem deve ser motivo de vergonha. Significa apenas que os alfabetizados foram incapazes de construir uma nação que concede a todos o direito de se alfabetizar. Não é uma depreciativa qualidade individual. É a evidência de uma desigualdade social.

2) **Nem a andorinha sozinho faz verão, nem o governo sozinho alfabetiza a nação.** Ou esta é uma tarefa de muitos, ou o fracasso do governo é responsabilidade de todos. Ou é uma tarefa de cada indivíduo, grupo e classe social. De cada região e cada religião. Dos sindicatos, empresas e associações comunitárias. Ou o país não cumprirá o preceito constitucional. Não alfabetizaremos todos os brasileiros em dez anos. O país estará inconstitucional em 1998.

3) **Alfabetizar apenas não elimina o analfabetismo.** Saber ler e escrever torna a pessoa alfabetizada no momento de receber o certificado. Mas é comum a empregada doméstica ou o peão de obra aprenderem a ler e escrever e tudo esquecerem no dia seguinte. Fácil perceber. Alfabetizar não é um desafio apenas educacional. É econômico e cultural também. Se não viabilizar melhor renda e maior acesso aos bens de cultura não se praticará o ler e escrever aprendidos. E sem a prática inexiste o saber. Corre-se o risco do analfabetismo regressivo.

4) **Alfabetizar é exercer plenamente o direito de cidadania.** Antes, o analfabeto era também inculto e desinformado. Era meio-cidadão. Hoje, mais não, sobretudo com a televisão. Pela nova Constituição, o analfabeto já pode votar. E como são cerca de sete milhões, provavelmente são capazes de decidir qualquer eleição. São cidadãos poderosíssimos. Basta se organizarem. O comando da técnica do ler e escrever é apenas um passo na direção

do desenvolvimento humano e da cidadania plena.

5) **Alfabetizar é investir.** É investir em capital humano. E, provavelmente, o melhor investimento que um país pode fazer a médio e a longo prazo. Vide Japão e Alemanha. E no Brasil este investimento começa não pela construção de novos prédios, mas valorizando intelectual, social e financeiramente a professora. Uma política nacional de investimentos que não busca elevar a produtividade investindo na educação do trabalhador termina antes de começar. Limita a utilização dos recursos, antes de desenvolver o País. Não é competitiva internacionalmente. Tem vida curta.

6) **Não tem faltado dinheiro para a alfabetização.** Nos últimos anos, o país gastou milhões contra o analfabetismo. Não conseguiu vencê-lo. O fim foi justo, mas os meios foram ineficientes. Entre eles: o centralismo burocrático, a neutralização cultural e ideológica dos métodos e o isolamento econômico e social da tarefa. Nem a alfabetização depende do aumento da renda per capita. O Sri Lanka tem a renda per capita de US\$ 400, com uma taxa de 87% de alfabetizados. E o Brasil, uma renda de US\$ 2.200 com apenas 78% de alfabetizados. O mínimo a fazer é aprender a lição e corrigir os erros. Não repeti-los. Gastar melhor, para gastar menos.

7) **Alfabetizar é tarefa plural.** Não existe apenas um método certo e noventa errados. Nem um responsável absoluto e noventa ausentes. Existem sim, métodos mais ou menos adequados às capacitações individuais, aos contextos culturais e às opções ideológicas, religiosas inclusive. Adotados por múltiplos e às vezes conflitantes grupos, classes e regiões sociais. Num país, em que todos a democracia respeitam, cada um ao outro respeita também. Qualquer ambição de exclusivismo é totalitária.

8) **O local de alfabetizar é a escola.** E começa na pré-escola que faz com que a criança chegue preparada para a alfabetização. E mais: só existem adultos analfabetos porque no passado inexistiu escola para todos, ou porque, como ain-

da hoje, a rede escolar está marcada pela evasão. Pela qualidade insuficiente, sobretudo do 1º grau. Agora, a alfabetização de adultos tem que ocorrer fora das escolas, também. Mas esta não é regra para as gerações futuras. A regra deve ser escola para todos e alfabetização a partir dos cinco anos. O resto é o esforço atrasado de um país que quer ser o que não foi. Mas que deveria ter sido.

9) **Analfabetismo não é apenas um problema nacional.** É internacional também. O Brasil tem mais de 20 milhões de analfabetos literais. E 40 milhões de analfabetos funcionais. Os países desenvolvidos também. Os Estados Unidos têm 27 milhões. O Canadá cerca de 5 milhões. O que não justifica, mas pelo menos solidariza. E estimula para que o esforço nacional se coordene com o esforço internacional.

10) **Alfabetizar é tarefa permanente.** Deve permitir ao adulto alfabetizado continuar seus estudos na escola, ter diplomas e progredir profissionalmente. E mais: se conseguirmos vencer o analfabetismo literai, dos que não sabem ler nem escrever, enfrentaremos o analfabetismo funcional. Se vencermos o analfabetismo funcional, dos que escrevem e lêem um bilhete, mas não um jornal ou uma bula de remédio, enfrentaremos o analfabetismo tecnológico. Pois se você, leitor, não está alfabetizado com o computador, certamente terá dificuldades em lidar com sua conta bancária, reservar uma passagem de avião ou entender um balanço adequadamente. O progresso faz da alfabetização uma tarefa contínua, quantitativa e qualitativa.

Mas, por enquanto, vamos acreditar que o Brasil fará seu esforço melhor para vencer o analfabetismo literai e funcional. Já será um bom começo."

Sr. Presidente, no dia D da Alfabetização, comemorado ontem, achei por bem trazer este decálogo de constatações inevitáveis acerca do problema, por concordar em gênero, número e grau, com os 10 pontos. São pontos fundamentais para a reflexão e, além disso, constituem um esforço no sentido de trazer uma contribuição positiva para a solução do grave problema nacional.

O Sr. Mendes Canale - Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. ANTONIO LUIZ MAYA - Com muito prazer e satisfação, nomebre Senador Mendes Canale.

O Sr. Mendes Canale - Senador Antonio Luiz Maya, V. Ex^a aborda um dos problemas que consideramos de fundamental importância. Toda a Nação é reconhecida àqueles que, como V. Ex^a, como mestre, como professor que é, estão voltados para o problema educacional, dedicando grande parte da sua vida ao ensino. V. Ex^a sente, tanto quanto nós, ou um pouco mais, este problema grave que o País atravessa. Quando falamos em educação - não precisamos acentuar - queremos nos referir à educação integrada, não apenas o ensino, mas a parte fundamental, que é a que se relaciona com a saúde. Se não tratarmos do ser humano desde a parte uterina, quando começa a nascer o embrião, o que adianta depois? Sabemos que, passados os dois primeiros anos, a dificuldade que tem o ser humano da apreensão é muito maior - todos reconhecemos isso; todos estamos preocupados com isso, mas tão pouco se tem feito a respeito.

V. Ex^a enfocou a preocupação dos jornais em relação ao grande número de analfabetos. Noutro dia, lia eu no Jornal do Brasil que há no mundo um bilhão de analfabetos; 1/4 da população do universo compõe-se de analfabetos. E nós, aqui, no Brasil, que falamos tanto deste problema educacional, tão pouco temos feito. Sabemos nós, e temos acentuado muito, que os recursos, quer sejam do Poder Central quer de outras áreas, a esse objetivo destinados já não chegam com o mesmo valor; ficam pelo meio do caminho. E nunca se apurou isto, para punir aqueles que dilapidam os recursos públicos no que têm de mais importante, que são os destinados à educação de sua gente. V. Ex^a aborda, sem dúvida, este assunto, nessa data fundamental, magna. Esta luta deveria ser constante, porque a preocupação tem que ser continuada, porque ou nós lutamos contra o analfabetismo, procurando alfabetizar a nossa gente, ou não construiremos nada. Devemos iniciar a nossa luta do zero, prezado colega, Senador Antonio Maya, não nos preocupando com medidas provisórias, mas vamos, a partir do zero, começar uma campanha de alfabetização, tão necessária ao nosso País. Ora, estamos com a História cheia de exemplos: o Japão, do pós-guerra, do Plano Marshall, não obstante a sua cultura milenar, deu um salto muito grande em relação à sua

posição, e se hoje tem uma situação invejável, é porque aquele país aplicou tudo o que tinha na educação da sua gente, dos seus filhos. O que nós recebemos no pós-guerra? O leite da Aliança para o Progresso! Sinto sempre e reclamo que são quatrocentos e tantos irmãos nossos que ficaram enterrados em Pistóia, e o que recebemos nós? Enquanto a Alemanha reconstruiu-se, enquanto o próprio Japão recebia, através do Plano Marshall, tudo isso, nós recebíamos apenas o leite, o leite que nem sempre chegava bom aqui; muitas vezes chegava deteriorado. Era esse o grande passo da Aliança para o Progresso! Mas não vamos chorar as mágoas do passado.

Temos que olhar para o presente como V. Ex^a enfoca e como acrescento: a educação partindo do zero. Assistimos, no passado, novas Diretrizes e Base da Educação formuladas ao tempo do nosso ilustre Senador Jarbas Passarinho, que tanto se dedicou ao problema, mas também foram deturpadas. O que fizeram do chamado Ensino Supletivo? Ele foi a grande oportunidade que tivemos de formar um grande grupo de técnicos de nível médio, mas se deu o acesso ao 3^a grau àqueles que, em dois anos, faziam o que deveria completar-se no ensino regular em 8 anos. Mas se, mesmo nesses 8 anos, ainda é precário o ensino, ainda mais para quem, em 2 anos, faz o seu supletivo e já sonha em atingir o 3^a grau. Foi a oportunidade muito grande que perdemos de formar o técnico de nível médio. Era esse também o anseio do Governo da revolução. Houve aquela chamada, a que pelo menos chamo de transferência de ponta, que eram os excedentes no passado, isto é, os estudantes faziam o vestibular, faltavam as vagas e o problema foi solucionado com o que eles chamaram de interiorização ou democratização do ensino superior: levando para outros centros, para novas universidades, esses excedentes. Mas com que corpo docente? Esse o porquê daqueles excedentes de ontem serem os mal formados profissionais de hoje. Se ontem faltava vaga, hoje falta o trabalho. Então, nós estamos cheios de homens com terceiro ciclo completo, mas onde está o mercado de trabalho? Assistimos a esse quadro horrível, profissionais, os mais categorizados, à busca de empregos que não são compatíveis com o curso de que dispõem. É esta a situação do primeiro grau a que V. Ex^a enfoca, que é sem dúvida o fundamental. Sabemos que o crescimento do corpo discente não cresce da mesma

forma como o corpo docente. O valor que se paga ao professor não o atrai mais para a atividade docente. Aquela figura que enchia os nossos olhos, ocupava o nosso coração sempre, cuja lembrança feliz dos tempos em que cursamos o curso fundamental nos vem à memória, esta já não existe mais; a situação hoje é outra. Então, se o Governo, em preparar o seu corpo docente para enfrentar essa grande massa que compõe o corpo discente, nós continuaremos nessa luta e a falarmos continuamente no problema da educação, como V. Ex^a tão bem enfoca e demonstra. A sua preocupação é a nossa, é a do Senado. Cumprimento V. Ex^a pelo enfoque que dá a um magno problema como este.

O SR. ANTONIO LUIZ MAYA - Nomebre Senador Mendes Canale, sou eu quem agradece a V. Ex^a, pela oportunidade e pelo teor do seu aparte, que, sem dúvida alguma, trouxe um enriquecimento todo especial pelo menos a esta reflexão de hoje, aqui no Plenário do Senado, a respeito do problema maior que o Brasil tem que enfrentar, cuja solução requer urgência, o problema da educação.

V. Ex^a mesmo diz que deveríamos nos preocupar com a alfabetização. Alfabetização significa preparar o homem desde o começo. V. Ex^a alude ainda à fase pré-maternal, praticamente, em que a criança precisa ter cuidados especiais. E dali começa a educação, dentro do próprio ventre materno até o final da vida; a educação hoje é continuada.

Este é o problema maior, que, aliás, o Brasil não haverá de resolver qualquer outro problema, em termos de desenvolvimento, se não resolver primeiramente o problema da educação. Povo educado, povo sadio, V. Ex^a sabe muito bem disso, é povo trabalhador; o inverso nem sempre acontece.

Por isso, estamos aqui a lembrar dessa necessidade urgente de se engajar toda a população brasileira em torno desse problema maior, educar, a começar da alfabetização, preparar o indivíduo para a vida, a vida de trabalho, mas uma vida consciente, de cidadania consciente. A educação é que traz a cidadania para o povo...

V. Ex^a lembrou os esforços já havidos, como o ensino supletivo, cuja meta era preparar recursos humanos para o desenvolvimento a termo médio. Infelizmente, os efeitos não foram atingidos na plenitude, mas foi um esforço. Nós conhecemos a história.

V. Ex^a disse que muitos daqueles que fizeram o supletivo fizeram também Universidade. Nem sempre estavam bem preparados para dar continuidade ao trabalho, mas eu, como professor em curso de Direito, tive muitos alunos que saíram do supletivo e, hoje, desempenham a advocacia, sem dúvida alguma num esforço muito pessoal, e saíram dos cursos supletivos. Para mim, foi um grande esforço naquela época; infelizmente, hoje em dia, o supletivo não tem mais aquela expressão que tinha anteriormente. E assim, os demais esforços se fizeram para tentar resolver o problema. Como estamos comemorando o Dia da Alfabetização, dia em que, vamos dizer, todos os esforços, todos os pensamentos, devem estar voltados para esse problema, e estamos aqui exatamente para lembrar isso.

Agradeço muito a V. Ex^a Sem dúvida alguma, enriqueceu demais esta reflexão que trouxemos aqui, exatamente para que não passasse despercebido o Dia da Alfabetização, no "Ano Internacional da Alfabetização", que é 1990.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, era o que tinha a dizer neste belo dia 10 de setembro, primeiro dia útil subsequente ao "Dia Internacional da Alfabetização". (Muito bem!)

Durante o discurso do Sr. Antônio Luiz Maya, o Sr. Pompeu de Sousa, 3º Secretário deixo a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Francisco Rollemberg

O SR. PRESIDENTE (Francisco Rollemberg) — Com a palavra o nobre Senador Pompeu de Sousa.

O SR. POMPEU DE SOUSA (PSDB — DF. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, venho hoje a esta tribuna, que tenho frequentado tão pouco, aprisionado que sempre me encontro à cadeira onde V. Ex^a, Sr. Presidente, atualmente pontifica, para assinalar dois ou três pontos que, pela sua importância, achei que não deviam passar despercebidos.

Um com absoluta adequação no tempo, de vez que é um assunto de hoje; os outros, com dois ou três dias de atraso, mas dois ou três dias de atraso em acontecimentos de tanta importância não pesam, porque a importância dos acontecimentos sobreleva a tudo.

O primeiro assunto que quero assinalar, e com especial significação, é o mesmo que, exa-

tamente há um ano, foi objeto também de comemoração minha, nesta mesma tribuna, desta mesma bancada: É o "Dia da Imprensa", hoje, 10 de setembro. Este dia, que tem uma significação universal para nós, jornalistas brasileiros, realmente representa um motivo de júbilo e de preocupação.

De júbilo, pelo muito que a imprensa tem feito ao longo de toda a história de sua existência; de preocupação, pela posição em que se encontra diante dos graves problemas que, atualmente, atormentam e dificultam não só a vida da imprensa como de todo o País, e das gravíssimas responsabilidades que à imprensa compete enfrentar.

No contexto da própria instituição, ela própria constitui um motivo de auto-reflexão, para que continue a cumprir, de maneira adequada, de maneira ética e, sobretudo, de maneira fiel, com os objetivos nacionais, de vez que é serviço público essencial.

A imprensa não pode ser colocada a serviço particular de quem quer que seja, mas, sim, a serviço dos altíssimos interesses nacionais e dos interesses das categorias sociais mais desprotegidas, menos assistidas, menos defendidas, que devem ter na imprensa o seu grande escudo e a sua grande arma de renovação e de conquista.

Festejando este "Dia da Imprensa", passei hoje, de manhã, ao meu querido colega e companheiro de tantas lutas, Barbosa Lima Sobrinho, um telegrama em que expressei toda a consideração, e toda a admiração e entusiasmo que devo à entidade na qual, nós ambos e vários outros jornalistas, temos dado exemplos de altíssima dedicação à causa pública e ao bem público no Brasil. O curto telegrama diz, exatamente, o seguinte:

10 de setembro de 1990

Ilmo. Sr. Jornalista Barbosa Lima Sobrinho.

DD, Presidente da ABI

Rua Araújo Porto Alegre, 71, 7º andar - Centro

Rio de Janeiro - RJ

Queira, caríssimo amigo e bravo companheiro tantas lutas temos travado juntos toda vida, receber mais caloroso abraço felicitações dia imprensa, data que tem na nossa ABI e seu presidente mais legítima expressão emblemática seu altis-

simo significado. Pompeu de Sousa

Este, o telex enviado a Barbosa Lima Sobrinho, Presidente da ABI, que, com os seus 93 anos de idade, tem a juventude das suas idéias, a juventude do seu entusiasmo, a juventude do seu espírito público, a juventude de sua capacidade de luta pelo povo brasileiro.

Outro assunto a que me quero referir vem de uma mensagem circular que nós, Senadores e Deputados, recebemos de Dom Luciano Mendes de Almeida, Presidente da CNBB, há dias, no início mesmo deste mês. As atuações da CNBB na luta pela cidadania constituem motivos de mais justa solidariedade e de mais justa admiração de todos nós, especialmente deste velho Senador. Nas horas cruciais do autoritarismo, quando Presidente da ABI em Brasília e Vice-Presidente Nacional, tive, como o mais constante, o mais permanente, o mais combativo dos companheiros, ao lado da Ordem dos Advogados do Brasil, a CNBB, pelos seus sucessivos Presidentes, Dom Aloisio Lorscheider, atualmente Cardeal Arcebispo no meu Ceará e Dom Ivo Lorscheider, atualmente Bispo de Santa Maria. E agora; em Dom Luciano Mendes de Almeida, sucessor de ambos e digno herdeiro de toda essa tradição de lutas na CNBB, encontramos um repositório de exemplos magníficos de solidariedade ao povo brasileiro.

A sua mensagem, outra dirigida a nós Parlamentares, refere-se à tentativa que o atual Governo — diria melhor, desgoverno que infelicitou o nosso País — pretendeu criar para os comerciários de todo o Brasil, estabelecendo o trabalho dominical.

Esta mensagem realmente constitui um exemplo que a CNBB nunca se coloca no absentismo. Nunca fica calada quando se trata de um ato de injustiça a ser combatido, e de um ato de justiça a ser alcançado.

O Sr. Afonso Sancho — Permite-me V. Ex^a aparte?

O SR. POMPEU DE SOUSA — Com muito prazer, nobre Senador Afonso Sancho.

O Sr. Afonso Sancho — Senador Pompeu de Sousa, sou católico, apostólico, romano, e gosto até de obedecer a alguns ditames da Igreja. Mas neste caso, aí, é simplesmente uma intervenção indébita. A Igreja não tem nada com isso, porque se a Igreja acha que não se pode trabalhar nos dias de sábado e domingo, ela que mande parar

os trens, mande parar o metrô, mande parar os aviões, mande parar os ônibus, mande parar os navios, mande parar tudo. Isso é ridículo! Quando se chega na terra da Igreja, em Roma, compra-se de tudo nos dias de sábado e domingo. Então, isso é simplesmente uma intervenção indébita do Presidente da CNBB, porque entendo que a liberdade deve ser concedida para quem quiser. Quem quiser abrir as lojas, contratar horas de serviço com outra pessoa — até mais emprego — que contrate, e que dê oportunidade àquelas que estão na cidade de fazer suas compras. Como eu já disse: quando se chega em Roma, a qualquer hora compra-se de tudo que se quiser. Então, eu acho que o nosso Presidente da CNBB perdeu uma boa oportunidade de ficar calado.

O SR. POMPEU DE SOUSA — Registro o aparte de V. Ex^a em absoluta discordância tanto comigo como com a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. Não me estenderei em considerações contestatórias ao aparte, porque tenho outros assuntos a tratar. Assinalo entretanto que, nesse ponto, a CNBB se mostra fiel, não só aos princípios universais que regem a Igreja Católica, mas fiel à tradição brasileira, à tradição do povo brasileiro, e até nisso ela mostra que não é uma entidade que poderíamos chamar de colonizada. Até nisso ela é fiel ao Vaticano, mas não ao Quirinal porque S. Ex^a o nobre Senador Afonso Sancho, embora católico praticante, é mais do Quirinal do que do Vaticano, como acabou de dizer, aliás.

Passo a outro assunto, Sr. Presidente, também objeto de um pronunciamento oportuníssimo da CNBB, que eu gostaria de fazer num ambiente um pouco menos carregado de ruídos estranhos ao plenário; espero que esses ruídos, pelo menos, baixem um pouco de tonalidade, uma vez que são oriundos de vozes de Companheiros nossos.

Este outro documento da CNBB é sobre a conjuntura social e documentação eclesial. É o boletim que a CNBB edita e que se refere a um pronunciamento do seu Conselho Permanente, provocado em função do dia da Pátria, portanto, ocorrido e comemorado no fim da semana passada, na sexta-feira, o "Dia da Independência Nacional". Aliás, não vi muito como e por que comemoramos jubilosamente esse Dia da Independência Nacional, quando a Independência Nacional está cada vez mais comprometida por um Governo de dependência estranha ao País, aos interesses do

País, e submisso aos ditames daqueles órgãos que, no mundo capitalista, fazem o domínio apenas do poder econômico financeiro, mas o domínio do poder político, e mantêm um País como o nosso, cada vez mais submisso, por este Governo que nos desgoverna há precisamente seis meses.

Sr. Presidente, para espanto nosso, acordamos hoje — não acordei eu, porque acordo muito cedo, mas vamos dizer acordamos, no sentido simbólico da palavra — com a comemoração do primeiro semestre desse desgoverno, que me parece já completa pelo menos dez semestres, tanto é o mal que ele tem feito a este País.

Dizia eu que o documento da igreja é aberto com as seguintes palavras:

"Pronunciamento do Conselho Permanente da CNBB"

O Conselho Permanente da CNBB, reunido em Brasília, de 28 a 31 de agosto, diante da complexa conjuntura nacional, decorrente também de situações passadas, julga-se no dever de falar sobre algumas questões urgentes importantes, baseando-se nas exigências éticas formuladas na 27^a Assembleia Geral da CNBB: "A existência de milhões de empobrecidos é a negação radical da ordem democrática. "A situação em que vivem os pobres é critério para medir a bondade, a justiça, a moralidade, enfim, a efetivação da ordem democrática. Os pobres são os juizes da vida democrática de uma nação" (Exigências Éticas da Ordem Democrática, n^o 72). Nossa evangélica opção pelos pobres nos impele a expressar nossas angústias e nossas esperanças, no seguimento de Jesus Cristo."

São estas as palavras iniciais do documento, realmente muito importante, que me dispense de ler na sua totalidade, mas peça seja incorporado ao texto do meu pronunciamento. São críticas formuladas à ordem sócio-econômica existente neste País, em que a justiça social constitui não só um atentado à condição humana da maioria da população brasileira, mas um atentado ao próprio País, porque, neste estado de coisas — com o Brasil empobrecido de todas as maneiras e, agravadamente empobrecido através de uma recessão provocada pelo Poder Público, em que as condições do povo brasileiro são cada vez mais insuportáveis e pela

progressiva extinção do mercado interno, por ausência de condições de consumo —, estamos caminhando para uma situação em que o Brasil vai desenvolver todas as atividades para servir aos países do Primeiro Mundo, cada vez mais no Terceiro ou no Quarto Mundo, embora o rapaz que nos governa faça questão de dizer que estamos chegando ao Primeiro Mundo. Só que estamos chegando em marcha a ré, para servir ao Primeiro Mundo.

O Sr. Jutahy Magalhães — Permite-me V. Ex^a uma aparte?

O SR. POMPEU DE SOUSA — Ouço V. Ex^a com prazer.

O Sr. Jutahy Magalhães — Senador Pompeu de Sousa, peço o aparte para solidarizar-me com V. Ex^a, quando fala na recessão progressiva em que está caindo o País, pois sabemos que as ameaças são muito grandes, como as retiradas de recursos em circulação para evitar a demanda. Evitando a demanda, evita-se o consumo; estamos vendo que até o corte da alimentação está sendo feito por falta de recursos da sociedade, principalmente por parte das classes menos favorecidas em dificuldade para comprar comida, porque, enquanto há o arrocho salarial, enquanto o funcionalismo público nada recebe de aumento, está com os seus vencimentos congelados, a cesta básica vem subindo a cada dia. Hoje mesmo as pesquisas concluíram que a cesta básica subiu 6,25% em uma semana.

Veja V. Ex^a como é que se pode pensar apenas num ordenamento econômico às custas de uma política social que o governo tem a obrigação de realizar. Tudo está esquecido; fala-se em superávit, mas deixando de pagar os juros da dívida interna — que até concordado não se pague, deixando de pagar o funcionalismo público, deixando de aplicar no investimento do desenvolvimento do País; depois, fica-se falando como se fosse um grande resultado ter um superávit de caixa. Ter superávit de caixa sem efetuar os pagamentos, qualquer um de nós consegue, não precisa sequer ser economista, ou ter os custos que eles têm, ou mesmo o ufanismo que hoje existe nessa sociedade burocrática que dirige o País. Por isso, quero solidarizar-me com V. Ex^a e tenho a certeza de que o País e a sociedade compreenderão que V. Ex^a está com a razão.

O SR. POMPEU DE SOUSA — Muito obrigado, nobre Senador Jutahy Magalhães. O aparte de V. Ex^a ilustra e desenvolve o racio-

cínio que este Senador vinha expondo e que era, exatamente, o que diz a CNBB neste documento de capital importância, justamente no capítulo da Ordem Socio-Econômica. Em resumo, é isso que a CNBB diz, e o exemplo dado pelo Senador Jutahy Magalhães realmente exprime com nitidez e eloquência a objetiva verdade dos fatos.

O capítulo seguinte do documento é Ordem Sócio-Política, que é curto e eu me permito ler, porque se refere exatamente a nós outros, os responsáveis pela coisa pública neste País, especialmente o Poder Legislativo. Diz o documento da CNBB:

"Apesar das falhas do nosso Poder Legislativo" — falhas que nós, humildemente devemos reconhecer, e o temos feito — "especialmente sua omissão em elaborar as Leis Complementares, não é admissível que se atropеле a ordem constitucional da autonomia dos Poderes do Estado mediante o uso abusivo de medidas provisórias. Elas devem ser exceção, e não meios ordinários de governar. Lamentamos o pouco espaço deixado à participação do Congresso, partidos políticos, sindicatos, associações de bairros e demais organizações da sociedade civil. É preciso um amplo entendimento político para fazer face à grave crise do país. Resolver essa crise é tarefa de toda a sociedade e não apenas do Governo. Dispensar essa participação seria um desserviço à Nação..." —

E parece que o Governo está querendo dispensar realmente: ele resolve tudo, eliminando todos os problemas por decreto e por ato de autoridade desse poder tão autoritário, poder onipotente e impotente que hoje nos desgoverna —

"Preocupamo-nos nessa campanha eleitoral com a fraqueza dos partidos políticos, a escassez de propostas sérias, a repetição de velhos vícios e chavões eleitorais, o descrédito dos candidatos e o desinteresse pelas eleições que são o momento importante no processo de consolidação da democracia, dado o papel que os novos eleitos terão na elaboração de leis complementares e na revisão constitucional."

A presença da CNBB diante da realidade brasileira como um todo — abrangendo todo o aspecto da estrutura social, po-

lítica, econômica, legislativa — é admirável e dá o retrato exato da nossa realidade aqui neste Congresso, lá fora no eleitorado e na responsabilidade que esse eleitorado tem na escolha que vai fazer no dia 3 de outubro para que este Congresso, naquilo que for renovado, o seja para melhor e não para pior. Porque, justamente em 1993, o Congresso que for eleito agora assumirá poderes constituintes e, se for eleito um Congresso retrógrado, um Congresso reacionário, um Congresso destituído da visão de hoje no Brasil e no Mundo, e, sobretudo, de que é preciso preparar este País para o amanhã, teremos retrocesso em vez de progresso. É importantíssima, portanto, essa visão, essa vigilância, essa atitude de pregação da Igreja, para que o povo não seja traído no dia 3 de outubro.

O Sr. Jutahy Magalhães — Permite-me V. Ex^a um aparte, nobre Senador Pompeu de Sousa?

O SR. POMPEU DE SOUSA — Com muito prazer, nobre Senador.

O Sr. Jutahy Magalhães — V. Ex^a tem razão. Esse documento é objetivo, sintético e aborda toda a questão na sua amplitude. Temos de fazer também uma autocrítica, aqui no Congresso. Por exemplo: É um abuso o que o Governo vem fazendo com a utilização das medidas provisórias, transformando este Congresso não em um Congresso bicameral, mas tricameral, onde há preponderância da terceira Câmara, que é o Congresso, votando em conjunto. Quando menciono autocrítica, digo que já deveríamos, a essa altura, ter votado aquele projeto do Deputado Nelson Jobim. Os Partidos políticos deveriam unir-se em defesa do próprio Congresso. As suas Bancadas deveriam estar unidas dentro de um consenso para aprovar de imediato aquele projeto. Sabemos que ao Governo não interessa a sua aprovação, pelo contrário; então, retira do plenário os seus Deputados quando se fala em votar aquela matéria. Penso que os Partidos, dentro do interesse da força, da prerrogativa do Congresso, deveriam ter a obrigação de apressar o andamento daquele projeto. Quando a CNBB fala no problema da responsabilidade do eleitorado nesta eleição, isto também é uma das minhas grandes preocupações. Tenho repetido constantemente isso no meu Estado: ao eleitor cabe uma função muito importante, que é escolher um Congresso que vai revisar a Constituição; quer dizer, aqueles avanços sociais obtidos a duras esforços, com

uma luta muito grande por parte das forças progressistas, daqueles que tinham compromissos sociais com o povo, assumidos em praça pública, e que foram aqui, em uma parcela ponderável, executados através de medidas constitucionais. Esses avanços estão perigando por causa de um Congresso que será agora eleito, e a frustração que dizem existir no eleitorado é somada à desinformação e está fazendo com que nós vejamos nos estados o perigo de virem para cá bancadas comprometidas com o retrocesso e não com o progresso da sociedade, com a política social. Fico preocupadíssimo quando vejo essa manifestação favorável a votos em branco e nulos. Esse é um ato de suicídio, pois a arma que o cidadão tem, o voto, parece estar colocada na mão de uma criança que não sabe para onde atirar e acaba matando um colega de turma. É preciso que essa mensagem da CNBB seja difundida e divulgada com a maior amplitude para que a população tome consciência dessa responsabilidade. Agora é o momento dos homens sérios deste País se unirem a fim de trazer para este Congresso pessoas responsáveis para que coloquem à frente dos Governos estaduais, não esses que estamos vendo aí e que estão querendo retornar, contando com o apoio do eleitorado que está desinformado; são eles que poderiam manifestar uma mudança de pensamento político, não é renovação de idade, é mudança de métodos políticos.

O SR. POMPEU DE SOUSA — Nobre Senador Jutahy Magalhães, o aparte de V. Ex^a de certa forma antecipa o que eu diria a seguir sobre a necessidade de que o futuro Congresso fosse uma força de progresso e não de retrocesso. Estou profundamente preocupado com que isso possa não ocorrer, em virtude sobretudo da desinformação que caracteriza informação brasileira, o sistema de informação.

Quando V. Ex^a diz que esse documento da CNBB deveria ser amplamente divulgado, para que a Nação tomasse consciência da sua própria responsabilidade, da própria responsabilidade de que ela se acha investida e que é a sua própria arma no dia 3 de outubro — ela que só tem essa arma e que pode usá-la, em proveito desta Nação, como pode deixar de usá-la, em desproveito desta Nação — pode até vir a usá-la em traição à si mesma, justamente por não estar informada essa opinião pública. Isso, Sr. Senador Jutahy Magalhães, é da mais absoluta veracidade, porque o grande problema é que essas

coisas cheguem ao conhecimento público.

Dai eu ter vindo aqui falar sobre este assunto, tentar dar repercussão a esse documento da CNBB, que é da maior importância. Mas me sinto um pouco como um apóstolo pregando no deserto, a começar pelo nosso plenário, pois somos um pequeno exército de Brancaleone, que heroicamente tem conseguido fazer funcionar o Senado da República, ao longo das numerosas semanas deste maisinado recesso branco, que tanto nos compromete como Poder e que agora parece querer prolongar-se durante o chamado esforço concentrado, que está passando de esforço concentrado — pelo que leio no noticiário — a desesforço desconcentrado.

É alarmante, Sr. Presidente, é alarmante, Srs. Senadores aqui presentes ou que estejam por aí, pelas várias dependências da Casa, de vez que na lista de presença há treze bravos Srs. Senadores, hoje no Senado Federal, embora no plenário estejamos nós cinco, os cinco que queremos manter acesa esta chama, a chama deste Poder, porque se ele bruxuleia, é a própria treva que cai sobre este País.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, depois das considerações sobre a ordem sócio-política que acabei de ler e outras sobre a ordem sócio-cultural, o documento da CNBB termina com um resumo de tudo isso, resumo que faço questão de ler, de vez que a totalidade do texto dificilmente será lida, porque ninguém lê Anais, só o historiador, e, quando o historiador vier a ler esses Anais, as coisas já terão acontecido e até desacontecido.

LEIO O TEXTO, SR. PRESIDENTE:

"Conclusão

Apesar de todas estas dificuldades, reafirmamos nossa esperança no futuro do país. O Brasil tem condições para superar a crise atual. Confiamos na reação sã do povo, participando nas organizações populares. Temos agora, nas eleições de outubro, graças a um voto livre e consciente, a possibilidade de reforçar a democratização das instituições. Só com a corresponsabilidade de todos os segmentos da sociedade e fundamentos em princípios éticos, nas normas da nossa Constituição, poderemos amadurecer um projeto para o nosso País onde a vida não seja privilégio de poucos."

É admirável a combatividade desta Igreja combatente. (Pausa.)

O nobre Senador Afonso Sancho informa que chegaram mais dois bravos companheiros a este plenário. Estamos realmente, com um **quorum** altíssimo...

Finalmente, Sr. Presidente, há um outro assunto, sobre o qual vou tratar muito ligeiramente, que é este pacto social que mais uma vez — este sim — simboliza a descrença geral de gregos e troianos. Peço, Sr. Presidente, conste do meu discurso a totalidade da coluna do jornalista Gilberto Dimenstein sobre o assunto. Esse jornalista tem atualmente nas nossas livrarias um dos livros mais importantes publicados neste últimos tempos, "A Guerra dos Meninos", denunciando o massacre dos meninos de rua neste País.

O primeiro parágrafo desta coluna já diz muito:

"Desta vez o pacto social é uma unanimidade, encarado com ceticismo por todas as partes envolvidas:..." — Já começa com esta frase — "Governo, empresários e trabalhadores. Por trás dos discursos pomposos sobre a necessidade de entendimento, pairam conversas informais sobre as profundas dificuldades do acerto. Mas o fato é que a primeira reunião realizada ontem registrou um minúsculo avanço. Quase nada, mas, efetivamente, foi um avanço.

Decidiu-se criar uma comissão tripartite formada por Governo, empresários e trabalhadores. Portanto, o encontro não acabou numa dispersão total e inapelável: surgiu um fórum que vai discutir não apenas salários e lucros, mas temas como: educação, combate à miséria, desregulamentação, abrindo a possibilidade de soluções negociadas.

Mostrar-se otimista, agora, é misturar desinformação com ingenuidade."

Criou-se uma comissão de estudos. As comissões de estudo estudam, estudam, levam ao Governo e o Governo, de repente, baixa um ato que nada tem a ver com todos os estudos, mas que é a negação de todos eles e é a contrafação da própria realidade.

E vou ler as palavras finais desta coluna que considero realmente exemplar:

"Um dos principais obstáculos ao acerto civilizado entre padrões e em-

pregados é justamente, a indigência provocada pela falta de objetivos mínimos acima dos partidos ou classe. O sindicato quer aumentos já recuperando perdas desde a chegada da primeira caravela ao Brasil. E o empresário quer garfar todo o lucro que puder no menor espaço de tempo.

Em outras palavras: como não se explicitam objetivos comuns de médio ou longo prazos cada parte se engalfinha para abocanhar com extrema voracidade um pedaço da renda, sem ligar para a inflação. Reproduz-se assim uma cena muito comum no famoso seriado cômico Os Três Patetas: eles têm o hábito de tentar passar ao mesmo tempo por uma única porta. O resultado são os três parados, esmagando-se uns contra os outros. Pena que a patetice da inflação não seja tão engraçada."

Realmente, já tenho comentado: o que está ocorrendo no País, no nosso País — ora convertido no País de Collor, porque tudo é Collor neste País, é o Plano Collor —, é realmente uma permanente atividade de **showman**, de espetaculosidade para encher os olhos e esvaziar o bolso e o estômago do brasileiro neste País de Collor.

Nós vivemos realmente uma hora em que todas as coisas são, ao mesmo tempo, de morrer de rir e de morrer de raiva. O riso pelo ridículo e a raiva pela injustiça, de que somos nós o povo brasileiro a vítima absolutamente indefesa.

O Sr. Jutahy Magalhães — Permite-me V. Ex.^a um aparte?

O SR. POMPEU DE SOUSA — Com muito prazer, nobre Senador Jutahy Magalhães, embora já estivesse terminando o meu discurso.

O Sr. Jutahy Magalhães — É aí que está a discordância, quando V. Ex.^a fala em Plano Collor eu falo em Plano FMI, por que não existe o Plano Collor, o que existe é o Plano FMI. O Plano Collor apareceu no início; depois sumiu e ficou o Plano FMI.

O SR. POMPEU DE SOUSA — Quando eu digo Plano Collor, não digo o plano especificamente voltado para a chamada estabilização econômica, para a economia, porque esse é realmente uma cópia a carbono do Plano FMI, mas digo o contexto geral, o Plano Collor é o plano de dominação deste País pela **empulhação**.

O Sr. Jutahy Magalhães — O que eu queria mesmo era colocar no pronunciamento de V. Ex^a um pensamento de San Thiago Dantas, que morreu há muito tempo, mas em cujos pensamentos procuramos aprender uma realidade nacional do momento. Ele dizia a respeito de pacto social: "Ninguém romperá a espiral de preços e salários senão através de um compromisso recíproco, em que o povo saiba que o seu salário está protegido por uma contenção racional dos preços, e as classes empresariais saibam que seus preços podem ser mantidos, graças à estabilização temporária de salários". Este é um pensamento de San Thiago Dantas. Mas veja V. Ex^a a realidade atual: os preços estão subindo, como acabei de declarar à V. Ex^a, comprovado pela pesquisa de que a cesta básica, na última semana, subiu 6,25%; os salários estão arrojados e de várias classes, os salários estão congelados desde março. Então, como se pode falar em pacto social se não há equilíbrio entre as duas coisas; mais uma vez o sacrifício do assalariado, isso já é querer pedir demais.

O SR. POMPEU DE SOUSA — Se V. Ex^a me permite uma ligeira interrupção ao seu aparte, chamaria a atenção para o disparate, por exemplo, que ameaça este País de uma greve dos bancários depois de amanhã, dia 12, em pleno momento da negociação — não chega a ser o nome exato.

O Sr. Jutahy Magalhães — Do dissídio coletivo?

O SR. POMPEU DE SOUSA — Não, no momento em que se discute a renovação dos salários...

O Sr. Jutahy Magalhães — Negociação salarial?

O SR. POMPEU DE SOUSA — Com todas essas palavras, não me ocorre, exatamente a oficial, mas há um ano exatamente, quando era a hora da revisão...

O Sr. Jutahy Magalhães — Na data-base?

O SR. POMPEU DE SOUSA — ... da data-base — V. Ex^a me socorre afinal na desmemória —, de um ano atrás para hoje, a desvalorização da moeda e, portanto, a desvalorização dos salários foi, e V. Ex^a sabe melhor do que eu, de praticamente quase 300%.

O Sr. Jutahy Magalhães — Exatamente 298,97%.

O SR. POMPEU DE SOUSA — Exatamente, o número exato é

esse. E, como V. Ex^a viu, e nós que interpeilamos o Presidente do Banco do Brasil, o Banco do Brasil ofereceu aos seus empregados, aos bancários, um reajuste de — e aliás, desses 298%, 80% só no Governo Collor — 12%, se não me engano...

O Sr. Jutahy Magalhães — De 15%.

O SR. POMPEU DE SOUSA — ... e a Caixa Econômica Federal, de 6%. Já disse várias vezes que isso é um insulto e uma provocação, dando até a impressão de que o que se quer mesmo é desestabilizar o sistema bancário governamental, entregando mais isso à privatização geral, que está levando este País à entrega total de si mesmo aos seus exploradores.

O Sr. Jutahy Magalhães — O Governo hoje parece que já oferece 105%. Veja a forma de pechinchar: de 15 passa para 105%.

O SR. POMPEU DE SOUSA — Aliás, seguindo o exemplo do Chefe do Governo, que, hoje, fez a apologia da pechincha.

O Sr. Jutahy Magalhães — E 105% é menos do que a própria Medida Provisória, mas menos em pouca coisa, na base de 2 a 3% apenas. Mas o que é de se admirar é que a Medida Provisória já não faz com que o assalariado tenha recuperação das perdas salariais. Pelo contrário, o próprio Banco do Brasil, em um documento que apresentei naquela discussão, mostra que a perda salarial, a necessidade de recuperação salarial dos bancários do Banco do Brasil seria da ordem de 280%. Então, na hora em que se oferece 105%, pode-se imaginar qual é o significado da perda do seu salário real. Por isso mesmo é que estou estudando muito esta questão, para ver se podemos apresentar e discutir aqui um projeto sobre o significado da irredutibilidade de salário, prevista na Constituição.

O SR. POMPEU DE SOUSA — Muito obrigado, nobre Senador Jutahy Magalhães.

Encerro, finalmente, as considerações que venho fazendo e que já ultrapassaram o tempo regimental de que dispunha, em função de apartes e talvez até de uma certa extensão das minhas considerações. Mas, não poderia deixar de conceder o aparte ao nobre Senador Jutahy Magalhães que, mais uma vez, acentua aquilo que acabei de dizer, isto é, que este País ou se liberta, no dia 3 de outubro, com uma votação esmagadora das forças progressistas,

ou chegaremos a um estado de inviabilidade que poderá nos levar a uma gravíssima implosão das instituições, e isso é o que menos podemos desejar ao Brasil.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Pais.)

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. POMPEU DE SOUSA EM SEU RECURSO.

Gilberto Dimenstein

O PACTO E OS PATETAS

Desta vez o pacto social é uma unanimidade, encarado com ceticismo por todas as partes envolvidas: Governo, empresários e trabalhadores. Por trás dos discursos pomposos sobre a necessidade de entendimento, pairam conversas informais sobre as profundas dificuldades do acordo. Mas o fato, é que a primeira reunião realizada ontem registrou um minúsculo avanço. Quase nada, mas, efetivamente, foi um avanço.

Decidiu-se criar uma comissão tripartite formada por Governo, empresários e trabalhadores. Portanto, o encontro não acabou numa dispersão total e inapelável: surgiu um fórum que vai discutir não apenas salários e lucros, mas temas como educação, combate à miséria, desregulamentação, abrindo a possibilidade de soluções negociadas.

Mostrar-se otimista, agora, é misturar desinformação com ingenuidade. O importante, porém, é que esse fórum coloca trabalhadores e empresários discutindo não apenas problemas imediatos, como lucros e salários, mas os projetos nacionais como programas de redução da pobreza e educação — a CUT já se mostrou disposta ao engajamento na campanha contra o analfabetismo e o PT vai entregar propostas de melhorias educacionais ao Governo.

Um dos principais obstáculos ao acordo civilizado entre patrões e empregados é, justamente, a indignação provocada pela falta de objetivos mínimos acima dos partidos ou classe. O sindicato quer aumentos já, recuperando perdas desde a chegada da primeira caravela ao Brasil. E o empresário quer garfar todo o lucro que puder no menor espaço de tempo.

Em outras palavras, como não se explicitam objetivos comuns de médio ou longo prazos, cada parte se engalfinha para abocanhar com extrema voracidade um pedaço da renda, sem ligar

para a inflação. Reproduz-se assim uma cena muito comum no famoso seriado cômico "os Três Patetas": eles têm o hábito de tentar passar ao mesmo tempo por uma única porta. O resultado são os três, parados, esmagando-se uns contra os outros. Pena que a patetice da inflação não seja tão engraçada.

Brasília-DF, 1ª de setembro de 1990

P. nº 757/90

Prezados Senhores Senadores e Deputados

A paz de Cristo!

Permitam-me que lhes escreva, em nome da Presidência da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, esta breve carta que traduz, no entanto, grande preocupação do Episcopado Nacional.

Nas últimas semanas, tem circulado pelos jornais a notícia de que está em estudo a eventual abertura do comércio aos domingos.

Solicito de Vossas Excelências que não seja apoiada esta proposta, uma vez que lesa fortemente o dia consagrado a Deus Nosso Senhor.

A maioria do nosso povo é católico e reúne-se em comunidades aos domingos para louvar a Deus e encontrar-se fraternalmente. Além disso, é direito da família, que devemos respeitar, o de se reunir para que pais e filhos possam, em comum, ter descanso e lazer.

É fácil perceber que os mais pobres necessitam de novas oportunidades de trabalho, mas estas devem ser encontradas, sem que fiquem lesados nos seus direitos de participarem do culto religioso e do lazer comunitário.

Agradeço a Vossas Excelências o empenho que não de dedicar a este ponto tão importante para a vida religiosa de nosso povo.

Com toda estima.

Luciano Mendes de Almeida,
Presidente da CNBB.

CONJUNTURA SOCIAL E DOCUMENTAÇÃO ECLESIAL

Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

25ª Reunião Ordinária do Conselho Permanente

Brasília-DF, 28 a 31 de agosto de 1990

Pronunciamento do Conselho Permanente da CNBB

O Conselho Permanente da CNBB, reunido em Brasília, de 28 a 31 de agosto, diante da complexa conjuntura nacional, decorrente também de situações passadas, julga-se no dever de falar sobre algumas questões urgentes e importantes, baseando-se nas exigências éticas formuladas na 27ª Assembléia Geral da CNBB: "A existência de milhões de empobrecidos é a negação radical da ordem democrática. A situação em que vivem os pobres é critério para medir a bondade, a justiça, a moralidade, enfim, a efetivação da ordem democrática. Os pobres são os juizes da vida democrática de uma nação" (Exigências Éticas da Ordem Democrática, nº 72). Nossa evangélica opção pelos pobres nos impele a expressar nossas angústias e nossas esperanças, no seguimento de Jesus Cristo.

Ordem Sócio-Econômica

É louvável o esforço realizado de combate à inflação, ressaltando-se a busca do equilíbrio orçamentário. Não é eticamente aceitável, porém, que o peso maior caia justamente sobre aqueles a quem a inflação mais prejudicou.

São inaceitáveis os baixos salários pagos à maioria dos trabalhadores brasileiros, e mais inaceitável ainda é uma política econômica recessiva que provoque um maior achatamento salarial e o desemprego maciço. Também é inaceitável ao espírito cristão do nosso povo o projeto de se liberar o comércio aos domingos.

Não há possibilidade de uma verdadeira democracia enquanto não se realizar uma política agrícola que garanta a permanência do pequeno agricultor no campo, bem como a execução de uma reforma agrária justa e eficaz sem esquecer a adequada distribuição do solo urbano.

É, também, indispensável que se assegure a demarcação das terras indígenas e se ponha fim ao genocídio do povo Yanomami.

Preocupa-nos a queda da qualidade de vida do povo que se manifesta especialmente na fome e nas péssimas condições de saúde.

É dramática a condição em que vive o povo nordestino em virtude do sistema político-econômico mais do que pelas condições climáticas.

Essas e outras marcas negativas de nossa sociedade geram

um ambiente generalizado de insegurança que é fomentado ainda pela violência nos meios de comunicação social e pela lentidão da justiça e, em vários casos, pela parcialidade da mesma.

Ordem Sócio-Política

Apesar das falhas do nosso Poder Legislativo, especialmente sua omissão em elaborar as leis complementares, não é admissível que se atrepele a ordem constitucional da autonomia dos Poderes do Estado mediante o uso abusivo de medidas provisórias. Elas devem ser exceção e não meios ordinários de governar.

Lamentamos o pouco espaço deixado à participação do Congresso, partidos políticos, sindicatos, associações de bairro e demais organizações da sociedade civil. É preciso um amplo entendimento político para fazer face à grave crise do País. Resolver essa crise é tarefa de toda a sociedade e não apenas do Governo. Dispensar essa participação seria um desserviço à Nação.

Preocupamo-nos nesta campanha eleitoral com a fraqueza dos partidos políticos, a escassez de propostas sérias, a repetição de velhos vícios e chavões eleitorais, o descrédito dos candidatos e o desinteresse pelas eleições, que são um momento importante no processo de consolidação da democracia dado o papel que os novos eleitos terão na elaboração de leis complementares e na revisão constitucional.

Ordem Sócio-Cultural

No limiar do lançamento de um Programa Nacional de Alfabetização, auguramos que alance, com a colaboração de todos, as metas anunciadas. No entanto, preocupa-nos a situação precária do ensino, colocando em jogo o futuro do País já que a educação é fator decisivo para o seu desenvolvimento.

Numa verdadeira democracia, onde todos os cidadãos pagam impostos, os pais têm o direito de escolher para seus filhos o tipo de educação que julgam conveniente. As escolas de Ensino Fundamental, também as comunitárias e confessionais, devem ser mantidas pelo poder público, para que possam ser totalmente gratuitas. Deve também ser assegurado, para todos os que quiserem, o ensino religioso confessional nas escolas estatais.

Não podemos deixar de questionar a consciência dos cidadãos para a lamentável permissividade moral difundida sem

escrúpulos pelos meios de comunicação social que vai destruindo a família e atentando contra a dignidade da pessoa humana.

Conclusão

Apesar de todas estas dificuldades, reafirmamos nossa esperança no futuro do País. O Brasil tem condições para superar a crise atual. Confiamos na reação sã do povo, participando nas organizações populares. Temos agora, nas eleições de outubro, graças a um voto livre e consciente, a possibilidade de reforçar a democratização das instituições. Só com a corresponsabilidade de todos os segmentos da sociedade e fundamentos em princípios éticos, nas normas da nossa Constituição, poderemos amadurecer um projeto para o nosso País onde a vida não seja privilégio de poucos.

Invocando, por intercessão da Virgem Aparecida, a bênção de Deus, sem, a qual "em vão trabalham os que constroem a casa" (Salmo 126.1), apostamos na solidariedade, na justiça e na paz para podermos celebrar com alegria e esperança o dia da pátria, despertando novas energias para toda a sociedade. Convocamos nossa comunidade e todos os fiéis católicos a intensificarem as preces por nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Rollemberg) — Concedo a palavra ao nobre Senador Afonso Sancho.

O SR. AFONSO SANCHO (PFL — CE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, depois de ouvir esse longo e interminável pronunciamento do nobre Senador Pompeu de Sousa, que, embora seja muito severo quando está na Presidência, ao falar se esquece desta sua conduta, e depois de ouvir tanta tristeza deste Brasil inteiro, proclamado pelo Senador Pompeu de Sousa, e aqui e acolá endossado também pelo meu querido amigo Jutahy Magalhães, quero ler o que o jornal *O Estado de S. Paulo* publicou na sexta-feira: "Maioria aprova Governo de Collor".

Será que este povo não está consciente do que está acontecendo neste País? Só aqui alguns é que entendem que a coisa não está certa? Diz o jornal:

"Cinco meses depois do início do seu governo, o Presidente Fernando Collor continua mantendo a confiança da maioria dos brasileiros, segundo pesquisa

divulgada ontem pelo Ibope: 60% dos 3.643 entrevistados confiam nele, contra 34% que não confiam.

Realizada de 17 a 30 de agosto, nas capitais e interior de todas as regiões do País, a pesquisa demonstra também que os cidadãos recuperaram o gosto pelo Brasil: 87% afirmaram que aqui ainda é o melhor lugar para viver, contra apenas 10%, e 84% acreditam que o País tem tudo para ser uma grande potência. Só 11% crêem que não.

Os números são também favoráveis ao Governo quando se avalia a situação do Brasil, antes e depois da posse do Presidente: 51% acreditam que melhorou, 28% que está igual e 19% que piorou. A aprovação ao Governo ficou assim: 35% consideram seu desempenho ótimo ou bom, 44% regular e 19% ruim ou péssimo. O Ibope aferiu também quais são os problemas mais graves do País, na opinião dos entrevistados. Os salários dos trabalhadores mereceram 48% de indicações, a saúde 43% e o desemprego 41%. A inflação apareceu em quarto lugar, com 25%.

Medidas específicas adotadas pelo Governo obtiveram a aprovação da maioria da população, segundo a pesquisa. O plano econômico é um exemplo: 27% acham que está dando certo e 32% mais certo do que errado, contra 21% que acreditam que está dando mais errado do que certo e 14% que consideram que está dando errado. Outros exemplos são o estabelecimento da livre negociação dos salários (49% favoráveis e 41% contrários), a venda de carros e imóveis do Governo (77% a favor e 14% contra) e a privatização de estatais (49% favoráveis e 24% contrários).

Esta pesquisa vem contradizer o pensamento do Senador Pompeu de Sousa aqui, exposto ao Brasil.

O Sr. Jutahy Magalhães — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. AFONSO SANCHO — É uma satisfação conceder a palavra ao Líder da Oposição do PSDB.

O Sr. Jutahy Magalhães — Ex^a, eu não sou Líder de Oposição nem do PSDB. O PSDB tem os seus próprios líderes: apenas, eu sou um dos Senadores do PSDB, com muita satisfação.

O SR. AFONSO SANCHO — V. Ex^a é mais do que um Líder.

O Sr. Jutahy Magalhães — Agora, V. Ex^a veja que eu, por exemplo, não admitiria como válido que houvesse o fracasso social do sucesso econômico. Eu já consideraria encerrado, principalmente quando eu não vejo o sucesso econômico e vejo o fracasso social. Com relação ao sucesso econômico — e V. Ex^a fala a respeito das pesquisas —, o que nós temos aí de prático, de válido, até certo ponto, é a inflação que baixou de 80% para a casa de 10, 12, 15%, isso é verdade, ninguém contesta. Agora, o preço social, aí, sim, aí é que há uma contestação. Quando V. Ex^a fala em pessimismo, não é questão de pessimismo; é questão de apenas olhar os dados reais, olhar a realidade do que está ocorrendo no País, porquanto o objetivo desse Governo está sendo baixar a inflação, tal custo não interessa, não há nenhuma preocupação com o custo social disso, não existe nenhuma política social desse Governo, não existe nenhum investimento desse Governo para o desenvolvimento do País. O que estamos vendo aí é essa busca do sucesso do Plano Econômico na parte que diz respeito a baixar o índice de inflação. Mas nem isso está controlado, o sucesso ainda não pode ser aplaudido, porque isso ainda é um assunto para se verificar com o decorrer do tempo. Veja V. Ex^a as próprias declarações da área econômica desse governo, no sentido de que é preciso apertar mais, é preciso levar o País a uma recessão maior, é preciso fazer com que seja retirada de circulação uma quantia fabulosa de recursos, para que, não havendo recursos, haja a queda de preços. Agora, tudo isso, a qual custo social? Veja os relatórios. V. Ex^a está lendo um relatório de uma pesquisa, leia o relatório Bird que fala nos problemas sociais do País — os problemas dos menores, os problemas de toda uma sociedade que está se deteriorando. Isso por culpa de quê? Por culpa de uma política social. É lógico que eu não posso colocar a culpa exclusivamente nesse governo. Mas, também, a essa altura, não se pode falar que não se pode criticar esse governo. Já foram decorridos 6 meses. Sua Excelência fez um plano de 100 dias e esse plano não atingiu o seu objetivo. Se o próprio Presidente fez a limitação a um prazo de 100 dias, então nos dá o direito de criticá-lo depois de 180 dias de governo. Por isso é que eu acredito, Sr. Senador, não me entusiasmo com essas pesquisas. Porque isso, para mim, ainda mostra muita desin-

formação que, infelizmente, estamos vendo nas pesquisas eleitorais e nas perspectivas dos resultados eleitorais, a desinformação campeia neste País. Ora, Srs. Senadores, depois de uma campanha como a que nós assistimos aqui, através dos principais meios de divulgação deste País, querendo fazer chegar à população que a inflação estava vencida, que o Governo estava vitorioso e ainda haver tanta reação assim! Logo, não conseguiram levar, incutir, no povo brasileiro, que a vitória já estava alcançada.

O SR. AFONSO SANCHO - Senador Jutahy Magalhães, tenho que aceitar o ponto de vista de V. Ex^a, porque todos nós devemos ter um ponto de vista. Mas acredito que, mais cedo ou mais tarde, V. Ex^a vai se render aos acontecimentos como um homem sério e um homem desejoso, como nós todos, do desenvolvimento do País.

Disse V. Ex^a várias coisas que não sei se gravei. Talvez a idade já não dê para gravar as coisas como computador. Mas V. Ex^a disse que esse governo não está investindo.

Como é que um Governo que pegou o País num caos e está procurando, primeiramente, ajeitar a situação, pode começar a investir? Não há isso na História.

Creio que V. Ex^a vai esperar algum tempo para esse investimento, porque esse Governo vai ser de desenvolvimento. Ninguém tenha dúvida disso.

E, para não falar na pesquisa, vamos falar na campanha eleitoral.

Observe que toda a esquerda brasileira está sofrendo prejuízos por ter atacado o Presidente. Lá em São Paulo, o candidato de V. Ex^a, a quem tenho muito respeito, e acho que é um grande paulista, desistiu de atacar o Presidente, porque percebeu que não dá resultado. O mesmo aconteceu com o candidato do PT.

Está havendo uma reação em cadeia, no sentido de que as coisas não estão boas, não estão como todos nós desejamos, mas elas estão caminhando num rumo certo e este rumo não está muito longe. Nós iremos presenciar e até, quem sabe, nos penitenciar.

O Sr. Carlos Patrocínio - V. Ex^a permite um aparte?

O SR. AFONSO SANCHO - É uma satisfação, Senador, depois concederei o aparte ao meu es-

timado amigo Jutahy Magalhães.

O Sr. Carlos Patrocínio - Sem querer contrariar as opiniões do eminente Senador Jutahy Magalhães, mesmo porque é uma das pessoas desta Casa a quem eu mais respeito e admiro profundamente, gostaria de dizer que o apoio, a aprovação ao nosso Presidente da República, hoje, não se faz sentir apenas nos papéis. Estou chegando do interior do Estado de São Paulo, onde conversei com várias correntes políticas e percebermos que todos têm aquela esperança, pelo menos no que diz respeito à expectativa da melhoria da qualidade de vida do povo brasileiro. Isso está pairando, em cada brasileiro. Existe, e pode constatar, o pessoal reclamando tão-somente dos cruzados que foram desbloqueados pelas grandes empresas, porque, afinal de contas, nós sabemos que a maior parte do dinheiro bloqueado acabou sendo da pessoa física. O povo que teve seu dinheiro, vamos dizer assim, compulsoriamente emprestado, está-se acostumando, está vendo que os bancos estão fazendo as correções devidas. No meu Estado, o Tocantins, e em São Paulo, de onde cheguei agora, o que se percebe é que o nosso Presidente da República está tendo simpatia e aprovação da grande maioria da população brasileira. Acho mesmo que se Sua Excelência fosse candidato, agora teria muito mais de 35 milhões de votos. Amanhã mesmo implantar-se-á no País um Plano Nacional de Alfabetização, conforme preconiza a nossa Constituição Federal promulgada em 1988. De modo que, sem querer contrariar o Senador Jutahy Magalhães, mas, apenas concitá-lo para que S. Ex^a tenha um pouco mais de esperança, de fé, pois tenho certeza de que o nosso País está caminhando para entrar nos trilhos do verdadeiro desenvolvimento e da justiça social. Sabemos ainda que o salário do brasileiro está muito a desejar. É um dos menores do mundo. Mas tenho a certeza de que o maior inimigo do assalariado é o monstro da inflação e essa está mais ou menos sob controle. Portanto, devemos dar este crédito de confiança ao Presidente da República, como tem dado toda a Nação brasileira. Parabênizo V. Ex^a pela matéria que traz à baila nesta tarde.

O SR. AFONSO SANCHO - Quero agradecer o brilhante aparte de V. Ex^a, especialmente este testemunho que traz do centro mais desenvolvido do País. O povo está acreditando. Está mesmo! Está acreditando, e disso não tenho dúvida.

O exemplo maior são as eleições. O exemplo mais significativo disso serão as eleições. O povo não contribuiu com a sua opinião porque o IBOPE disse isso, ou porque a Data Folha e a Vox Populi disseram aquilo. Foi o povo mesmo que assim decidiu porque achou que as coisas estão marchando por um caminho certo.

O Sr. Jutahy Magalhães - Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. AFONSO SANCHO - Com prazer, ouço V. Ex^a.

O Sr. Jutahy Magalhães - Quando ouço falar em fé e esperança, também acrescento fé, esperança e caridade. Veja V. Ex^a que não é apenas fé e esperança que temos que ver, mas também a caridade que se tem que fazer com o povo brasileiro, não a caridade paternalista, mas a caridade de fazer com que o povo, como um todo, saia da miséria em que vive, através de uma política social voltada para o interesse popular. Quando V. Ex^a fala nas futuras eleições, tenho uma grande preocupação, mas grande mesmo, porque elas não estão significando apoio à a, b, ou c. O que vejo com preocupação é o retorno aquilo que já aconteceu nos diversos Estados brasileiros, não no meu Estado apenas, e que não foi bom para o País, que não foi bom para o povo brasileiro. E, nas eleições proporcionais, Sr. Senador, o que estou vendo me traz uma grande preocupação para o futuro, porque teremos que encontrar meios de evitar que se repita o que está ocorrendo nesta eleição. O que estamos vendo nesta eleição, além do desencanto, do desagrado de uma parcela da opinião que quer votar em branco e nulo para deputados federais e estaduais e também para senador; o que me preocupa mais é o tipo de influência econômica da mais perversa que pode existir. E não é só a influência do poder econômico e empresarial não; é o poder econômico também do Estado. Veja V. Ex^a que isso vai macular o resultado dessas eleições. O que vejo é muita gente estar votando naqueles que para aqui vêm votar contra os interesses dos seus próprios eleitores. É esta a preocupação. Estou profundamente chocado nessa eleição. Não é V. Ex^a, não é o Senador Carlos Patrocínio, não sou eu, mas creio que todos nós Parlamentares temos que buscar meios para evitar esta influência nociva nas eleições. Quando se fala em retirar outdoors, pensa-se que estão acabando com a influência do poder econômico, mas não o estão. Não é isso que significa a influência do po-

der econômico. Poderia ser até uma maneira de se levar ao povo conhecimento de candidatos que, desconhecidos e que não têm condições de se fazerem conhecer, a não ser no corpo a corpo — e esse V. Ex^a sabe que atinge uma pequena parcela da população —, tenham este meio mais adequado. V. Ex^a fala que as esquerdas vão sofrer nessas eleições. Vão mesmo. Poderemos falar em consequência dos problemas internacionais que ocorreram no Leste Europeu e que influenciaram o pensamento aqui. Podemos falar sobre vários assuntos. Não acredito que a situação seja em decorrência de Plano Collor ou de quem quer que seja. Quando se fala em ter esperança, todos queremos que o Plano Collor dê certo. Não o Plano em si, porque esse, conforme digo, não é mais Plano Collor, e sim Plano FMI. Porém, que o País saia dessa dependência econômica em que se encontra até do próprio Estado. Acredito que devamos ter esperança no futuro. Temos que lutar para que o futuro seja melhor do que o presente, mas não pensando que o Presidente da República é quem resolve tudo. O Legislativo tem que assumir a sua responsabilidade. Uma das grandes decepções que tenho é essa falta de conscientização deste Poder, deste Poder como poder, para fazer prevalecer aquilo que conquistamos na Constituinte, que foi a volta, o retorno de prerrogativa que não tínhamos mais e não estamos tendo esta conscientização. O que estou vendo do quadro nacional, fico mais preocupado é que venha para cá um "centrão" reforçado e não aqueles que lutaram pelos interesses populares.

O SR. AFONSO SANCHO — Concorde em grau e número com V. Ex^a, Senador Jutahy Magalhães, quando se preocupa com a Lei Eleitoral. Acho que o Congresso deveria realmente fazer uma reforma da Lei Eleitoral. Infelizmente, não participarei disso porque deixarei, no fim do ano, este resto de mandato; mas, entendo que o Congresso precisa fazer algo para acabar com toda essa espécie de poder, seja ele do Estado, que é o mais pernicioso, porque não se sabe de onde vêm os recursos que são utilizados da maneira como querem.

Mas, abstraindo-nos disso, nota-se também a tendência daqueles que não votam pelo dinheiro, pela pecúnia, aqueles que estão votando e estão conscientes de que precisam votar contra os que são contra o Presidente da República.

O Sr. Meira Filho — Senador, V. Ex^a permite-me um aparte?

O SR. AFONSO SANCHO — Com muito prazer, logo que termine o raciocínio.

Já tenho ouvido, Senador Jutahy Magalhães, V. Ex^a falar várias vezes que não é mais Plano Brasil Novo, é o Plano FMI. Arrepi-me aqui a espinha, porque acho que no Governo não tem nenhuma pessoa vendida a ninguém; são todos patriotas, patriotas como nós...

O Sr. Jutahy Magalhães — Espere aí, Senador. Quando falo em Plano FMI, não significa que alguém esteja vendido a quem quer que seja. São as idéias do Plano FMI; são as idéias da Ministra Margaret Thatcher que são iguais a essas idéias do FMI; são as idéias da Bolívia que são iguais às do FMI. Isso não significa estar vendido a quem quer que seja. É um programa econômico de ordem mundial e desenvolvido por vários países para atender aquelas determinações do FMI no ordenamento econômico do país. Isso não significa estar vendido e entregue a ninguém. Fiz este aparte sem pedir licença a V. Ex^a porque não aceitei esta tese de que eu estava declarando que eles estão vendidos a quem quer que seja. Este tipo de ofensa eu não faço.

O SR. AFONSO SANCHO — Realmente, V. Ex^a agora me esci- receu mais. Eu entendo o seguinte: este foi o primeiro governo que impôs as suas próprias condições. Ninguém levou daqui o que queria. O Governo não assumiu compromissos como em 1964. O Governo de 1964 assumiu e, logo no mês seguinte, vi o Banco Central, no Rio de Janeiro, naquele tempo, ser invadido por assessores de todas as espécies. Este Governo não; este Governo trabalhou calmamente, colocou as coisas em ordem, como quis colocar, e disse: "A minha situação é essa, eu não prometo nada, não vou me comprometer, estimando o valor do déficit, não vou prometer nada disso". E o resultado é que o FMI encontrou aqui seriedade.

O Sr. Jutahy Magalhães — V. Ex^a permite-me um aparte? V. Ex^a não está, então, nem lendo os jornais. Porque foi a própria Ministra Zélia Cardoso de Mello que disse que teve o compromisso de estabelecer que o déficit público do País seria da ordem de 0,50%. Os próprios jornais mostram declarações de que o Brasil vai começar a pagar os juros da dívida em 1991. São declarações do próprio meio oficial, não são declarações de oposicionistas. Os compromissos estão assumidos e vou buscar saber

quais foram, porque o Congresso tem o direito de conhecer a realidade dos compromissos.

O SR. AFONSO SANCHO — V. Ex^a tem toda razão de exigir que o Congresso saiba desses compromissos, porque não existe compromisso. Se um jornal falou isso, outros falaram diferente. O que li foi uma declaração do Secretário da Fazenda Nacional dizendo que o Brasil não assumiu compromisso algum com relação ao problema do déficit, especialmente com essa crise do Golfo Pérsico.

O Sr. Jutahy Magalhães — E o que significa essa carta de intenções que vai ser assinada agora? Não foi à toa. A carta de intenções significa um compromisso. Carta de intenção é isso, é compromisso. Então, V. Ex^a está utilizando compromisso como se fosse sinônimo de que é preciso pagar isso, pagar aquilo; não é isso. São compromissos genéricos que são assumidos pelo País e um desses compromissos é a respeito do déficit público. Está na declaração da Ministra hoje. É S. Ex^a quem declara que, apesar de achar que o Governo vai ter um superávit em caixa de 1,22%, a Carta de intenção vai falar em 0,5%. É S. Ex^a quem declara, não os jornais! É declaração da Ministra da Economia, Fazenda e Planejamento.

O SR. AFONSO SANCHO — Mas, Senador, essa carta de intenção é um protocolo comum existente entre instituições financeiras quando querem operar.

O Sr. Jutahy Magalhães — Quem está falando em submissão é V. Ex^a

O SR. AFONSO SANCHO — V. Ex^a dá a entender submissão, deu sempre a entender submissão ao FMI. Por isto é que eu lhe dizia que senti um arrepiamento em minha espinha, porque, no dia em que senti que o Brasil está sendo vendido ao estrangeiro, sou capaz de brigar com ele.

O Sr. Jutahy Magalhães — V. Ex^a está interpretando as coisas completamente opostas à realidade. V. Ex^a interpreta como se fosse vendido, como submissão ao FMI; não há nada disto. Quando se fala em plano do FMI fala-se em plano econômico. V. Ex^a faça em "submissão"! A pessoa convence-se de que deve fazer aquilo que está estabelecido no plano econômico, no meu entendimento convencer-se erradamente, é outra coisa.

O Governo brasileiro está, pela sua política econômica, fazendo aquilo que é pregado

pelo FMI há muitos anos. Não é novidade! É de muitos anos essa pregação do que é necessário fazer para se derubar a inflação; é necessário se tomar essas medidas que são anti-sociais. Ai é que está a divergência de opinião: o preço, o custo social dessa operação de ordenamento econômico. Ai é que está a grande diferença de opinião entre a minha e a de V. Ex^a. Este custo social é muito elevado para se chegar aquilo que por outros meios se poderia chegar.

O SR. AFONSO SANCHO — Senador, se não existe submissão, por que se mudar o título do Plano brasileiro para Plano de FMI? Por quê?

O Sr. Meira Filho — Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. AFONSO SANCHO — Com muito prazer.

O Sr. Meira Filho — Senador Afonso Sancho, V. Ex^a fez muito bem em trazer esse tema para discussão no Plenário do Senado Federal, porque este é o lugar onde temos que discutir estes assuntos. Tenho acompanhado, com vivo interesse, o trabalho do Governo atual, com vivo interesse mesmo. Adquiri a mania, que não tinha antes, de ler o jornal de fio a pavio, de procurar aprender e apreender com a imprensa brasileira que, por sinal está em uma fase muito boa. É evidente que, se aqui não houvesse oposição, esta Casa seria uma tristeza. Já imaginou V. Ex^a se tudo aqui fosse na base do amém ou como a vaquinha de presépio? Uma boa oposição, criteriosa e objetiva, ajuda a fazer um bom governo, como foi na época do Presidente Juscelino, que teve nesta Casa uma oposição ferrenha da União Democrática Nacional, que não foi uma oposição que chegou a prejudicar o País; pelo contrário, eram homens de grande saber, de grande vivência política, que aqui estavam para vigiar e denunciar aqueles que, por um meio ou por outro, estavam praticando atos desonestos perante o País. A Oposição é indispensável, a Oposição tem que ser ouvida e tem que ser chamada para conversar. Tenho notado a disponibilidade, a vontade, o interesse do Presidente da República em conversar com todos os segmentos da sociedade. Isso é de suma importância. A obediência democrática de Sua Excelência tem sido comprovada diante dos fatos acontecidos no Brasil. O País vive realmente a sua grande caminhada democrática. Estamos às vésperas de uma eleição, com os trabalhadores reclamando os seus direitos, com os empresá-

rios lutando, também defendendo os seus interesses. Há, agora, a esperança dessa reunião, de que se chegue a um acordo, porque é evidente que o combate à inflação exige a participação de toda a sociedade. É lamentável que haja um sacrifício social, mas ninguém conquista vitória, ninguém chega aos seus objetivos de glórias sem sacrifícios. Trabalho com pesquisa há 40 anos. Debruço-me, sempre me debruço, sobre as pesquisas para ter delas a orientação que sempre tive. E, se conquistei algum sucesso no rádio, devo-o, evidentemente, à minha competência profissional, mas também à competência profissional dos institutos de pesquisa do Brasil. V. Ex^a fez muito bem em trazer para a discussão essa última pesquisa que coloca o Presidente da República numa posição invejável. A pesquisa é o resultado do trabalho presidencial. Dou parabéns a V. Ex^a e dou parabéns também à Oposição, que assume, perante a Nação, o compromisso de vigiar tudo aquilo que interessa ao País.

O SR. AFONSO SANCHO — Agradeço o aparte de V. Ex^a e concedo a palavra ao Senador Leite Chaves.

O Sr. Leite Chaves — Senador Afonso Sancho, congratulo-me com V. Ex^a pelo pronunciamento desta tarde. Se não tivesse outra relevância — que tem bastante — tem essa da atualidade — o Congresso, o Senado, sobretudo, ele é eficiente na medida em que ele trata de medidas atuais e da sua competência, porque, no fundo, ele é responsável pela fiscalização da dívida externa. E V. Ex^a está nesse assunto. Há uma diferença muito grande entre o que o FMI fazia no passado e hoje, porque o Brasil de hoje é diferente do Brasil do passado. No que diz respeito aquele nacionalismo passado nosso, havia grande oportunidade. Hoje, o nacionalismo é outro, não é o de defender a intocabilidade da Petrobrás, porque ela é intocável. O Brasil é tão grande que hoje ninguém nos açambarca. O que é nacionalismo hoje? É modernizar-se o País, é abrir-lo à participação internacional. Depois que voltei do Oriente, já falei sobre esse assunto. Impressionou-me o progresso do Japão e da Coreia, nos últimos 50 anos, mas o Brasil está um bloco fechado. Então, fizemos um nacionalismo estranho, o de conceder ad eternum permissão para firmas multinacionais fazerem os piores carros do mundo, para que o consumidor brasileiro seja castigado e tenha, de um modo geral, os piores artigos em qualidade e

durabilidade. Hoje, há a Lei do Consumidor; então, tem-se que proteger o consumidor; e abrir, em eficiência se chama abrir. Abre-se ao mundo essa participação, ou o País se perde. No que diz respeito ao FMI, também. A diferença é que o próprio Brasil não tem cumprido as condições do FMI; então, o próprio FMI não vai ter interesse em exigir condições que sabe que não serão cumpridas, sem consequência alguma. Outra coisa: senti como é o comportamento do Presidente da República em relação à dívida; é uma posição de alto senso patriótico. Ninguém pense que um Presidente jovem assim é um homem que possa ser enganado facilmente. Uma vez eu disse que, se há um homem que possa estar à altura da Presidência do País, é ele, pela capacidade e facilidade de decisão; Sua Excelência é muito claro e não há condições de alguém vir mudar a vontade presidencial assim, e essa vontade é muito definida. O próprio pessoal, desde a campanha, sabe qual é o pensamento presidencial, que é um pensamento sintonizado com esse Brasil, que se deseja moderno e atual. Agora, relevante e pode ser até objeto de pronunciamento de Senadores como V. Ex^a, entendidos na área econômica, é a questão da conversão. V. Ex^a sabe que tenho um projeto suspenso de pagamento da dívida por 10 anos, por razões jurídicas; esse projeto já recebeu pareceres favoráveis em determinadas comissões. Não é calote, é uma suspensão fundada em razões estritamente jurídicas. Agora uma outra alternativa possível para o País, que é a questão da conversão da dívida. Caíndo o seu valor de base no exterior, e muitos credores não sabendo como receber, muita gente pode se predispor a converter a dívida em cruzéis e aqui ter a sua inversão. Se alguém tem um milhão de dólares e não consegue receber do País, e no exterior dão um desconto, fazem um pagamento com deságio de 60 ou 70%, a grande alternativa é fazer aplicação aqui no País. Digamos que o Brasil, amanhã, resolva favorecer, mesmo na iniciativa privada, o aumento da capacidade energética, a questão da reconstituição da malha rodoviária ou ferroviária, a questão do turismo, então, esse capital vem direcionado. É mais: quem tem que fazer uma regulamentação para a conversão da dívida é o Congresso, sobretudo o Senado, a partir daqui. Por quê? Pelo seguinte: o Poder Executivo não tem condições. Se o Banco Central for fazer a regulamentação por portaria, basta que preveja uma inflação, para que ele suspenda e, o investidor

não venha, porque tem que haver uma lei estável para isso. Então, vejo na conversão da dívida um outro plano, um Plano Marshall para o País. O Brasil, então, deixaria de pagar em cruzados e pagaria em cruzeiros o que viesse para cá. Se o mercado continuasse fechado a tudo, esse dinheiro seria inflacionário, porque haveria menos mercadoria do que dinheiro. Mas, com a abertura internacional ao comércio nacional, que é fundamental, esse dinheiro será de alto valor para o desenvolvimento de setores. Agora, o Brasil não pode continuar fechado para que empresários nacionais, muitos de São Paulo, ofereçam durante anos seguidos, péssimos artigos ao consumidor nacional — com exceção de algumas, são as piores mercadorias — e tenham sobras para colocar no exterior. Uma das causas da queda do dólar é essa: precisando de cruzados, eles estão trazendo os dólares do exterior. Então, com o mercado aberto, havendo profusão de mercadoria e necessidade de competir, o próprio mercado nacional ou setores haverão de se modernizar com os próprios valores decorrentes da conversão da dívida. Então, essa questão da conversão é, a meu ver, um tema fundamental para ser disciplinado em lei. Congratulo-me com V. Ex^a, ainda mais, pela atualidade do tema que V. Ex^a traz hoje ao Senado Federal.

O SR. AFONSO SANCHO — Agradecemos o aparte de V. Ex^a e pedimos ao Sr. Presidente apenas tolerância, para que possamos terminar de ler:

A maioria acredita que o Presidente está cumprindo as promessas que fez após sua posse. Para 58%, ele está acabando com a inflação, enquanto 37% acham que não. A moralização da administração é outro compromisso que vem sendo cumprido, segundo 54% dos entrevistados, contra 35% que têm opinião oposta. Também a privatização das estatais vem sendo levada a cabo, segundo 48%. Só 26% acham que não. Esses números caem um pouco quando a pergunta se refere à manutenção do cumprimento de algumas daquelas promessas até o final do mandato: 50% acreditam que Collor acabará com a inflação, contra 40% que afirmam que não. A moralização da administração pública ocorrerá, segundo 53% contra 36% que não acreditam nisso.

Sr. Presidente, diante de uma pesquisa dessas, nós, que sempre defendemos, aqui, essa li-

nha de seriedade, de austeridade, de autoridade, que era o que faltava neste País, não temos nada mais a acrescentar. Achamos que as coisas estão no rumo e vão chegar lá, de acordo com o desejo de todo o brasileiro bem-intencionado: (Muito bem!)

COMPARECEM MAIS OS SRS. SENADORES:

Áureo Mello — Carlos Patrocínio — Antonio Luiz Maya — João Castelo — Afonso Sancho — João Calmon — Severo Gomes — Meira Filho — Jorge Bornhausen.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Rollemberg) — Concedo a palavra ao nobre Senador Jutahy Magalhães.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES (PSDB — BA. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, vamos esfriar um pouco a sessão, embora tratando de assunto que acredito seja pertinente e sério. Vamos fugir um pouco da questão política em si.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, tudo já foi dito sobre o meio ambiente. Todos nós já ouvimos alguma vez, em algum lugar, que o homem faz parte da natureza, e que dela depende para sua sobrevivência. Entretanto, preferimos acreditar que nada altera as leis naturais, afastando essa preocupação do nosso tempo e do nosso espaço, como se as mudanças ambientais não afetassem diretamente nossas vidas.

Tudo já foi dito, mas como ninguém escuta, é preciso repetir mais uma vez. Há séculos a humanidade tem-se ocupado da exploração dos recursos naturais, e a consequência disso é a devastação das matas; a destruição do solo pelo uso abusivo; a ameaça à vida biológica, pela poluição das águas; o envenenamento da atmosfera com vapores prejudiciais à saúde; a concentração de atividades industriais e comerciais em áreas superpovoadas; enfim, uma sucessão cada vez maior de catástrofes ecológicas que comprovam a deterioração do nosso planeta.

O comportamento predatório não é novo na história humana, e o resultado das profundas crises ecológicas ao longo dos tempos foi o desaparecimento de algumas civilizações. Podemos acalentar a ilusão de que a problemática ambiental não nos atinge de imediato, porém não podemos ignorar que o caminho escolhido determina o lugar onde haveremos de chegar. Adormecidos, estamos caminhando para o futuro sacrificando o próprio futuro,

num exemplo típico de progresso às avessas. Inertes, estamos assistindo à mera repetição de erros já cometidos no passado, com total desrespeito ao patrimônio natural em que se insere a vida humana.

Quando nos debruçamos sobre as relações entre o homem e a natureza e buscamos as origens da ecologia política no Brasil, inevitavelmente encontramos o sentido inicial que marcou profundamente toda a posterior evolução do País. No momento em que o olhar mercantilista europeu se defrontou pela primeira vez com o território brasileiro, havia, de um lado, uma natureza exuberante a ser conquistada e, do outro, as perspectivas econômicas para o poder conquistador. Desde o início, estabeleceu-se um projeto de exploração predatória da natureza, e esse estigma está entranhado no próprio nome da nova terra, uma imensa terra-árvore chamada "pau-brasil".

O caráter devastador em relação à natureza na História do Brasil pode ser demonstrado pelo próprio desenvolvimento dos ciclos econômicos. A uma fase de intensa prosperidade de uma atividade produtiva, seguia-se outra de estagnação e decadência. Foi assim com o pau-brasil, com a lavoura de cana-de-açúcar e de algodão no Norte, com as minas de ouro e diamante no Centro-Sul. A causa era sempre a mesma: o acelerado esgotamento das reservas naturais por um sistema de exploração descuidado e extensivo.

Sr. Presidente, peço a V. Ex^a mande considerar como lido, na íntegra, este pronunciamento, que é muito longo.

O Sr. Meira Filho — Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Com muito prazer, nobre Senador Meira Filho.

O Sr. Meira Filho — Lamento imensamente que V. Ex^a tenha tomado essa determinação, porque o seu pronunciamento, no que me diz respeito, muito me interessaria. V. Ex^a traz para a Casa assunto de suma importância. Tudo o que se possa fazer no sentido de preservação do nosso meio ambiente deve ser feito. V. Ex^a nos priva, não lendo o seu pronunciamento, que é uma verdadeira aula.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Agradeço a V. Ex^a a manifestação. Para que V. Ex^a não fique tão aborrecido comigo, por não levar até o final o meu pronunciamento, digo-lhe

que são 47 páginas, e o tempo seria demasiado curto para tanto, pois talvez ainda alguém deseje usar da palavra.

Acredito, realmente, que o assunto é muito importante. É assunto que a sociedade brasileira deve tomar a si, assumindo a responsabilidade de evitar que continue essa depredação do meio ambiente no Brasil. Lamento também não poder debater com V. Ex.^a e com qualquer outro dos Srs. Senadores um assunto como esse. Mas, se V. Ex.^a tiver interesse, terei muita satisfação em mandar-lhe cópia deste pronunciamento.

O Sr. Meira Filho - Ficarei muito grato a V. Ex.^a

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Sr. Presidente, na íntegra, o meu pronunciamento é o seguinte:

Sr. Presidente, Srs. Senadores, tudo já foi dito sobre o meio ambiente. Todos nós já ouvimos alguma vez, em algum lugar, que o homem faz parte da natureza, e que dela depende para sua sobrevivência. Entretanto, preferimos acreditar que nada altera as leis naturais, afastando essa preocupação do nosso tempo e do nosso espaço, como se as mudanças ambientais não afetassem diretamente nossas vidas.

Tudo já foi dito, mas como ninguém escuta, é preciso repetir mais uma vez. Há séculos a humanidade tem-se ocupado da exploração dos recursos naturais, e a consequência disso é a devastação das matas; a destruição do solo pelo uso abusivo; a ameaça à vida biológica, pela poluição das águas; o envenenamento da atmosfera com vapores prejudiciais à saúde; a concentração de atividades industriais e comerciais em áreas superpovoadas; enfim, uma sucessão cada vez maior de catástrofes ecológicas que comprovam a deterioração do nosso planeta.

O comportamento predatório não é novo na história humana, e o resultado das profundas crises ecológicas ao longo dos tempos foi o desaparecimento de algumas civilizações. Podemos acalantar a ilusão de que a problemática ambiental não nos atinge de imediato, porém, não podemos ignorar que o caminho escolhido determina o lugar onde haveremos de chegar. Adormecidos, estamos caminhando para o futuro, sacrificando o próprio futuro, num exemplo típico de progresso às avessas. Inertes, estamos assistindo à mera repetição de erros já cometidos no passado, com total desrespeito

ao patrimônio natural em que se insere a vida humana.

Quando nos debruçamos sobre as relações entre o homem e a natureza e buscamos as origens da ecologia política no Brasil, inevitavelmente encontramos o sentido inicial que marcou profundamente toda a posterior evolução do País. No momento em que o olhar mercantilista europeu se defrontou pela primeira vez com o território brasileiro, havia, de um lado, uma natureza exuberante a ser conquistada e, do outro, as perspectivas econômicas para o poder conquistador. Desde o início, estabeleceu-se um projeto de exploração predatória da natureza, e esse estigma está entranhado no próprio nome da nova terra, uma imensa terra-árvore chamada "pau-brasil".

O caráter devastador em relação à natureza na História do Brasil pode ser demonstrado pelo próprio desenvolvimento dos ciclos econômicos. A uma fase de intensa prosperidade de uma atividade produtiva, seguia-se outra de estagnação e decadência. Foi assim com o pau-brasil, com a lavoura de cana-de-açúcar e de algodão no Norte, com as minas de ouro e diamante no Centro-Sul. A causa era sempre a mesma: o acelerado esgotamento das reservas naturais por um sistema de exploração descuidado e extensivo.

A preocupação com o homem e a terra no Brasil remonta ao período colonial, quando alguns cronistas ensaiaram denúncias sobre a degradação do meio ambiente no País. No início do século XVII, Frei Vicente Salvador, em sua "História do Brasil", a primeira a ser escrita, já denunciava com notável lucidez a relação predatória e displicente com a terra e a mentalidade exploradora que impedia a constituição de uma vida social mais orgânica no Brasil.

Em termos administrativos, só foram tomadas algumas medidas mais práticas no final do século XVIII, e mesmo assim em função das necessidades de construção naval da marinha portuguesa. Na literatura do século XIX, o tema da natureza e seus habitantes por excelência - os índios - era uma constante, mas, apesar da preocupação nacionalista, dificilmente se encontra uma reflexão crítica dos escritores românticos sobre a relação entre natureza e política no Brasil.

Destaca-se, nessa época a figura de José Bonifácio de Andrada e Silva, iluminista e

pré-romântico, chefe do primeiro governo do Brasil independente, que surge com um projeto nacional para o novo país, e nesse projeto a questão da natureza ocupava um dos pontos centrais.

Em 1790, José Bonifácio denunciou o costume de se arpoar os filhotes de baleia, desmontando-se a cadeia que permite a reprodução desses animais. Em 1815, analisou amplamente a questão das florestas e o uso social da natureza. Bonifácio não via um antagonismo básico entre crescimento econômico e preservação do meio ambiente, desde que esse crescimento estivesse fundamentado numa utilização racional e não predatória dos recursos naturais.

Em 1823, em uma representação à Assembléia Constituinte Legislativa do Império, durante a campanha abolicionista, José Bonifácio abordou o tema político da destruição da natureza com muita ênfase e precisão, assim se expressando:

"A natureza fez tudo a nosso favor, nós porém pouco ou nada temos feito a favor da natureza. Nossas terras estão ermas, e as poucas que temos roteado, são mal cultivadas, porque o são por braços indolentes e forçados; nossas numerosas minas, por falta de trabalhadores ativos e instruídos, estão desconhecidas, ou mal aproveitadas; nossas preciosas matas vão desaparecendo, vítimas do fogo e do machado destruidor, da ignorância e do egoísmo; nossos montes e encostas vão-se escavando diariamente, e com o andar do tempo faltarão as chuvas fecundantes, que favoreçam a vegetação e alimentem nossas fontes e rios, sem o que o nosso belo Brasil em menos de dois séculos ficará reduzido aos páramos e desertos áridos da Líbia. Virá então esse dia (dia terrível e fatal), em que a ultrajada natureza se ache vingada de tantos erros e crimes cometidos. Eia, pois, Legisladores do vasto Império do Brasil, basta de dormir: é tempo de acordar do sono amortecido, em que há séculos jazemos."

Tais palavras, embora escritas no tempo do Império, ainda hoje retratam a realidade brasileira, pois permanecemos na mesma trajetória. A única diferença é que naquela época a modernidade tecnológica era sinônimo de eficiência e uso correto dos recursos naturais, e a luta pela natureza se confundia com a luta pela civili-

zação, ao passo que os atuais ecologistas afirmam que os problemas ambientais são uma consequência do crescimento da civilização.

O tema da natureza também está presente na obra do mais brilhante escritor brasileiro da segunda metade do século XIX — Euclides da Cunha, para quem o homem e as forças naturais se confundem num processo de mútua dependência e evolução, dentro do lema "ou nos civilizamos ou desaparecemos". Euclides da Cunha defendeu um nacionalismo e uma política de integração resultantes da combinação da iniciativa privada na economia com o domínio de um Estado reformista e tecnológico.

No início do século XX, foram publicadas as duas principais obras do jurista Alberto Torres, com a proposta de um modelo alternativo e autônomo para o desenvolvimento nacional e uma análise crítica sobre a questão da natureza no Brasil. Alberto Torres, pensador político cuja postura intelectual se assemelha à de José Bonifácio, combateu a exploração predatória dos recursos naturais, a grande propriedade ociosa e a ausência de um desenvolvimento endógeno na economia brasileira. Percebeu a existência de uma contradição básica na marcha civilizatória, contudo não abdicou do conceito ideal de civilização, entendido como um estado de harmonia entre os homens e o meio físico, de forma a ampliar o bem-estar, a cultura, o patrimônio cósmico e mental da humanidade — esse o objetivo da política a ser perseguido.

Segundo Alberto Torres, "o homem tem sido um destruidor implacável e voraz das riquezas da terra. (...) No espírito do legislador e no do industrial contemporâneo, a noção de uso da terra participa do mesmo caráter da visão do selvagem, que abate árvores para colher-lhe os frutos e extingue espécies da fauna e da flora para obter o alimento de alguns anos". Para Torres, a questão nacional era mais um problema de diferenciação e autonomia que de integração na ordem internacional, e só poderia ser resolvida através de um programa de construção da sociedade que superasse o assédio imperialista das nações mais antigas. "A fachada da nossa civilização oculta a realidade de uma completa desordem", afirmava Torres. Essa situação tornou o Brasil presa fácil da exploração estrangeira.

Alberto Torres divulgou amplamente, ao longo da sua obra, um verdadeiro diagnóstico — denúncia da problemática ecológica do Brasil de sua época. O que mais exasperava aquele pensador era o desprezo dos governos brasileiros pela situação do País, numa época em que outros governos começavam a zelar por suas riquezas naturais. Sua proposta era a de uma política própria e alternativa, baseada em algumas prioridades como a conservação da natureza, a proteção ao homem, o crescimento econômico e a vocação agrícola.

Essa tradição crítica não se extinguiu no pensamento brasileiro posterior à década de 20. Caio Prado Júnior e Nelson Werneck Sodré fizeram a crítica da devastação na perspectiva do nacionalismo modernizador, e Gilberto Freyre, um dos pioneiros internacionais de uso sociológico da ecologia, defendeu a ideia de um modelo alternativo, ao formular sua proposta de "urbanização".

Apesar das denúncias de que, a partir da revolução industrial, o processo de crescimento econômico reduziu as possibilidades da Terra como planeta de vida esgotável, a euforia desenvolvimentista do pós-guerra atenuou em grande parte o debate sobre a questão da natureza. A exploração predatória, que era considerada "o preço do atraso", passou a ser considerada "o preço do progresso".

Na década de 70, ressurgiu a questão do impacto da produção e da tecnologia sobre o meio ambiente. Os desequilíbrios ecológicos, a acelerada intervenção humana na natureza, a expansão populacional e a degradação da qualidade de vida voltaram a ser temas freqüentemente evocados tanto pelos organismos governamentais quanto pela sociedade civil. Essa tensão entre o crescimento econômico e a preservação da natureza deu origem a várias propostas e modelos de desenvolvimento, nos quais as soluções oferecidas tentavam conciliar preservação, qualidade de vida e crescimento industrial, alertando para a impossibilidade de se continuar no mesmo ritmo de crescimento, sob pena de um drástico esgotamento dos recursos naturais.

O ano de 1972 pode ser considerado um marco no debate sobre o meio ambiente. Naquele ano, realizou-se em Estocolmo a "Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente", com a participação de 110 países e de organizações não governamentais. A "Declaração de Estocolmo", como ficou co-

nhecida, teve repercussão em nível mundial e serviu de referência à maioria dos programas, publicações, campanhas e documentos governamentais.

Dentro de um contexto de crise das relações sociais e políticas, surgiu então o movimento ecológico, que, ao lado de outros movimentos sociais como o das mulheres e o dos negros, apontava uma importante mudança cultural, com uma nova orientação de respeito aos sistemas vivos. O novo enfoque sócio-político fez renascer valores como a solidariedade, a autonomia e a descentralização. A expectativa do movimento ecológico era a de que uma educação generalizada tornasse possível a incorporação desses novos valores pelas diversas camadas da sociedade.

No Brasil, 1974 é considerado o ano do começo do movimento ecológico. O choque do petróleo havia despertado a preocupação com os recursos naturais e não renováveis e começaram a surgir movimentos de denúncia da degradação ambiental nas cidades, enquanto os jovens formavam comunidades alternativas rurais com propostas de um novo modelo de vida naturalista.

Em 1978, começou a ser publicada regularmente a revista "Pensamento Ecológico", o primeiro órgão de debate sistemático dos ecologistas brasileiros, e no ano seguinte difundiu-se pelo país um movimento de defesa da Amazônia. Aos poucos, um setor significativo da população, de nível médio e alto, passou a perceber mais informações sobre as questões do meio ambiente e a considerar com seriedade a crise ecológica e a atuação ecologista.

Senhor Presidente, Senhores Senadores, quatro décadas de crescimento acelerado no Brasil trouxeram uma profunda degradação ambiental, talvez a mais intensa que aconteceu na história do industrialismo. Talvez pelo mesmo motivo tenha sido o Brasil o país da América Latina onde os movimentos ecológicos nasceram mais cedo e onde adquiriram maior relevância. De um movimento de pura denúncia, passou-se à formulação de estratégias que consideravam fundamentalmente a eficácia nas lutas ecológicas e nas decisões políticas municipais e estaduais. Essa mudança do padrão de atuação do ecologismo ficou bem visualizada quando foram debatidas e aprovadas as leis sobre o uso dos agrotóxicos nos Estados do Sul-Sudeste.

No Rio Grande do Sul, grupos ecológicos conseguiram impedir, através de lei, a construção de uma usina atômica. No Mato Grosso do Sul, um grande movimento popular impediu a instalação de usinas de álcool no Pantanal. Essas lutas foram travadas a partir do direito de vizinhança, que é a afirmação do poder local, o direito dos moradores de definir qual tipo de transformação vão permitir naquele meio ambiente, discutindo e repensando a noção de progresso, até hoje muito associada à autodestruição.

Não podemos ter uma visão romântica contra o progresso. Essa perspectiva é impraticável. Mas também é impraticável ficarmos inertes enquanto a terra está sendo queimada, as árvores derrubadas, os pássaros desaparecendo, e os rios secando. No extremo sul da Bahia, o processo de desmatamento vai num ritmo tal que tiram quinhentos caminhões de árvores por dia, mudando completamente a face da região. Não há mais aquelas matas que o próprio Cabral viu quando chegou, a Mata Atlântica praticamente desapareceu. Todo o ecossistema está em pânico. Isso evidencia uma visão de progresso que durante muito tempo foi orgulho do Brasil, nosso milagre econômico, com taxas de crescimento altíssimas que, na realidade, significam muito pouco em termos de riqueza.

É preciso qualificar o desenvolvimento, diferenciando-o do simples crescimento econômico. É preciso submeter todo e qualquer desenvolvimento a uma crítica ecológica, e não apenas econômica. A atividade econômica que encara o meio ambiente como dominável e apropriável, e não como controlável e aproveitável, é movida pela lógica da ganância do lucro imediato, de um proveito em curto prazo. Na verdade, defender o meio ambiente é combater todos aqueles que se permitem destruir para progredir.

Somos favoráveis a um desenvolvimento ecologicamente equilibrado, que inclua a utilização prudente das tecnologias modernas e rejeita aquelas intrinsecamente predatórias. A evidência de que os recursos naturais são finitos impõe a consciência da boa utilização desses recursos, através de um planejamento racional. Estamos passando por um momento histórico em que a civilização coloca em risco a sobrevivência do nosso planeta, e temos que encontrar, nos limites impostos ao desenvolvimento, uma nova forma de or-

ganização da sociedade que estabeleça uma nova relação com o meio ambiente. Somos parte de uma história que herdamos, e deixaremos como herança nossas pegadas e as consequências das trilhas que escolhermos.

Quatro catástrofes ameaçam concretamente a humanidade neste fim de século: os acidentes nucleares, o efeito estufa, o enfraquecimento da camada de ozônio na atmosfera e a extinção de espécies vegetais e animais. A partir de Hiroshima, e mais precisamente a partir da segunda metade da década de 50, a humanidade atingiu o máximo da capacidade de auto-extermínio. Sobre a possibilidade de uma guerra nuclear, é necessário dizer da existência de armas acumuladas que permitiriam destruir cento e vinte vezes a vida na Terra.

Nosso senso de um futuro ilimitado é uma ilusão. Ao longo de uma vida, ou de uma década, ou de um ano, grandes mudanças podem ocorrer. Nas últimas três décadas, a quantidade de dióxido de carbono na atmosfera aumentou mais de dez por cento. Na última década, um imenso buraco na camada de ozônio abriu-se sobre o Pólo Sul, e a porcentagem de florestas na Alemanha Ocidental danificadas pela chuva ácida subiu de menos de 10% para mais de 50%.

Os fatores essenciais que ocasionam essas mudanças são demográficos e econômicos, não químicos. Nos últimos cem anos, nossos motores e indústrias alteraram significativamente a composição da atmosfera, e no próximo meio século o mundo irá consumir dois ou três por cento a mais de energia por ano. O desflorestamento, atualmente, acrescenta à atmosfera cerca de um bilhão de toneladas de carbono por ano. A população do mundo mais que triplicou neste século, e a produção industrial cresceu cinquenta vezes.

A natureza é imprevisível, porém o acúmulo do gás carbônico na atmosfera poderá fazer com que a temperatura da Terra aumente até 4,5 graus centígrados nos próximos cinquenta anos. A destruição da camada de ozônio poderá ser controlada, basta o homem reduzir a produção atual das substâncias químicas que a destroem. O mesmo se dá com a chuva ácida, que pode ser controlada com a redução das emissões de dióxido de enxofre e de outros poluentes. O efeito estufa, porém, é irreversível.

O aquecimento global causará a elevação do nível dos mares, como resultado da expansão

térmica e do degelo das calotas polares. Até o final deste século, a elevação do nível do mar atingirá 90 centímetros, e por volta do ano 2100, entre 1,50 a 2,10 metros. De acordo com essas estimativas, a elevação dos mares destruirá praias, mangues e pântanos, inundando imóveis costeiros valiosos, e causará a penetração de água salgada em aquíferos potáveis costeiros. Cidades litorâneas também serão destruídas, deixando milhões de pessoas sem moradia, e grandes tempestades e secas ocorrerão com maior frequência. Em lugar de solos férteis, haverá imensos desertos salgados.

A verdade é que a natureza não está conseguindo coexistir com os nossos números e os nossos hábitos. A Amazônia Legal brasileira representa um terço de todas as florestas tropicais do globo, e duas mil queimadas por dia, em média, já destruíram nos últimos anos quase um décimo da mata tropical. Não podemos continuar ignorando a ação agressiva do homem contra a natureza, e, se não mudarmos nossos estilos de vida, teremos de nos ajustar ao mundo estufa. Tornou-se imperativo defender nossas florestas e cessar definitivamente com o extermínio das matas em nosso País.

Uma proposta de proteção florestal deverá incluir tanto a preservação da cobertura vegetal existente quanto a restauração de áreas desmatadas, com políticas relativas à destruição de florestas e à desertificação, integradas à política econômica e a política agrícola. No âmbito da economia, as análises de projetos devem avaliar os custos sociais do desmatamento e do desflorestamento. No que se refere ao setor agrícola, pesquisas sobre combustíveis alternativos e fontes renováveis de energia para substituir a madeira devem ser incentivadas, assim como o planejamento do uso do solo, para a produção combinada de culturas agrícolas e de árvores, de um modo sustentável e não-destrutivo que permita o atendimento das necessidades básicas de alimentos, combustível e madeira.

O desperdício é, provavelmente, o mais curto estopim da bomba ecológica que está para estourar nos próximos anos. Uma forma de se evitar o desperdício da madeira é através da regulamentação das práticas de venda, melhorando sua utilização, avaliação e comercialização, juntamente com programas educativos que apresentem razões para não se des-

truírem florestas e introduzam técnicas agroflorestais eficazes. O desenvolvimento agroflorestal pressupõe, ainda, práticas de cultivo mais aperfeiçoadas, restauração e reabilitação de áreas desérticas e de terras secas ou deterioradas.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, o equilíbrio da natureza também está sendo sacrificado pela poluição do ambiente aquático. Agentes contaminantes, como produtos químicos tóxicos, microorganismos, nutrientes, óleo e graxa, plásticos e lixo ameaçam iminentemente a utilização e a produtividade das águas. Tais elementos penetram nas águas de nossos rios, mangues e mares, resultantes da atividade humana descuidada e do descarte de resíduos.

A degradação do meio ambiente e a poluição das águas têm efeitos adversos sobre os peixes, a vida animal e a saúde humana. Os agentes químicos tóxicos penetram nas águas, provenientes de descargas de fontes industriais e domésticas, e contaminam os organismos aquáticos. Através da cadeia alimentar, agentes patogênicos transmitem as mais variadas doenças aos seres humanos, aí se alojando por muito tempo. O excesso de nutrientes provoca o envelhecimento dos lagos e rios, contribuindo para o florescimento de algas que consomem oxigênio e prejudicam tanto a reprodução dos peixes quanto o abastecimento de água potável. Prevenir a penetração de contaminantes é a melhor forma de preservarmos nossos recursos hídricos, pois o tratamento de águas contaminadas é difícil e custoso, especialmente nos casos de lençóis d'água.

A água doce tende a tornar-se cada vez mais escassa no planeta, por causa da demanda gerada pelo crescimento populacional, pela urbanização e pela irrigação. As consequências dessa escassez poderão ser desde a competição entre o uso urbano e o uso agrícola até o conflito entre os povos. Os investimentos na eficiência do uso da água, na reciclagem e na conservação podem prover água a um custo menor e com menos dano ambiental do que as soluções tradicionais de engenharia, como a perfuração de poços, que pode exceder o reabastecimento, ameaçando o futuro das águas subterrâneas, ou como a transferência d'água entre bacias, que pode afetar lagos, estuários e mares internos, ameaçando peixes e outras espécies que dependem de um mi-

nimo de fluxo para sobreviverem.

O oceano é o lar da mais vasta variedade de organismos do planeta, porém os ecossistemas marítimos estão se tornando biologicamente empobrecidos. Além da poluição causada pelo descarte de todo tipo de resíduos, inclusive o lixo plástico, que representa riscos especialmente para as aves caçadoras e pescadoras, os ataques aos oceanos provêm do próprio desenvolvimento da população costeira, do excesso de pesca e do aumento do nível e da temperatura das águas. Cerca da metade da população do mundo vive no litoral, e as cidades tendem a se expandir, sem a implantação paralela de projetos de reciclagem e reaproveitamento do lixo.

A zona costeira é uma região única, com recursos que necessitam de atenção especial. Recifes de coral são talvez as espécies mais ameaçadas dentre todos os sistemas marítimos. Os pântanos costeiros, importantes meios auxiliares que regulam os cursos d'água, também estão sendo destruídos de forma crítica. A vegetação costeira precisa ser protegida para que o solo não fique exposto à erosão; faz-se necessário o controle do desmatamento e a implantação de técnicas adequadas do uso do solo.

A pesca excessiva já exauriu 25 zonas de pesca valiosas. Os cientistas estimam que os oceanos podem sustentar uma pesca comercial de 100 milhões de toneladas, mas a poluição, os resíduos e a perda do habitat poderão reduzir sensivelmente essa produção, que já alcançou o recorde de 84,5 milhões de toneladas. Novas tecnologias de pesca estão ameaçando uma enorme variedade de tipos de vida, em numerosos ecossistemas, e práticas proibidas, como o uso de redes de arrastão, ainda persistem.

Derramamentos de petróleo têm efeitos devastadores sobre os ecossistemas aquáticos, poluindo praias, destruindo habitats, imbuindo a desova e matando peixes, pássaros, moluscos e até mamíferos marítimos. Grandes desastres ecológicos como o derrame de petróleo em Exol Valdez, no Alasca, atraem a atenção mundial, porém os ataques rotineiros ao meio ambiente marítimos são constantes e, por isso, prejudiciais. O arquipélago de Alcatrazes, na costa norte paulista, está sendo utilizado para exercícios de tiro da defesa marinha, e no local são frequentes as queimadas. Há mais de cem a-

nos, Alcatrazes servia para descanso das aves migratórias polares, e havia sido escolhido por gaivotas e alcatrazes como local de reprodução.

Uma proposta para assegurar a qualidade da água e a proteção do ecossistema inclui necessariamente estratégias como a suspensão do despejo de substâncias tóxicas e rejeitos não tratados nos rios, lagos, oceanos e mares; melhoria do tratamento de esgotos e o controle do escoamento de águas pluviais na área urbana e de águas contaminadas em áreas agrícolas e pastagens; prevenção contra o derramamento de petróleo e descargas em perfurações marítimas; administração e fiscalização da região costeira e das zonas de pesca; proteção das águas subterrâneas e utilização eficiente da água potável.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, a problemática ecológica tem sido acompanhada pela atividade legislativa, especialmente nas últimas décadas, através de políticos e parlamentares empenhados em defender e proteger as riquezas naturais de que dispomos. Data de 4 de janeiro de 1912 a primeira lei brasileira sobre o meio ambiente, a Lei nº 2.544, que trata da criação de inspetoria de pesca e proíbe o emprego de substâncias venenosas e explosivas e o escoamento de resíduos das fábricas nos rios. Em 1923, outra lei regulamentava a diretoria de pesca e saneamento litoral. Em 1937, foi feito o tombamento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

No entanto, é a partir de 1965, com a aprovação do Código Florestal, que surgem leis destinadas à proteção da fauna e da flora. Em 1967, é elaborado o Código de Mineração, e, nesse mesmo ano, outra lei dispõe sobre o lançamento de detritos e óleos em águas brasileiras. Na década de 70, o processo legislativo se ocupa principalmente da poluição industrial, da regulamentação dos parques nacionais, dos limites do mar territorial e da responsabilidade por danos nucleares.

Mais recentemente, em maio de 1981, foi criada a Semana Nacional do Meio Ambiente e, em agosto do mesmo ano, a Lei nº 6.938 estabeleceu a Política Nacional do Meio Ambiente. Nos anos seguintes, foi regulamentado o Programa Nacional de Política Fundiária, e foram criadas estações ecológicas e áreas de proteção ambiental. Em 1985, foi aprovada a lei que dispõe sobre a fabricação de detergentes não

biodegradáveis, e, em 1989, medidas para proteção das florestas existentes nas nascentes dos rios.

Durante a Assembléia Constituinte, as questões ecológicas foram amplamente discutidas, e o meio ambiente recebeu um capítulo especial na nova Constituição brasileira. Atualmente, mais de trezentos projetos de lei relacionados ao assunto estão tramitando no Congresso Nacional, e a legislação em vigor é vastíssima. A CPI "Hiléia Amazônica" apresentou em seu relatório final uma análise bastante realista da situação da floresta amazônica que nos mostra como estamos, de olhos fechados, dando um salto para o abismo.

A floresta amazônica é o símbolo ecológico do Brasil. Os brasileiros estão perdendo o medo da internacionalização da Amazônia e, a partir de agora, vão ter de se organizar no sentido de impedir que quaisquer interesses particulares coloquem em risco ou danifiquem ainda mais aquele patrimônio ambiental. Há dois problemas nitidamente distintos no tratamento ecológico da Amazônia. Um é o reflorestamento de zonas degradadas, com espécies florestais comercialmente utilizáveis. Tanto os credores do Brasil quanto os produtores de papel se interessam por projetos dessa espécie. Outro, mais lento, pois exige complexa pesquisa genética, é a restauração da floresta nativa degradada.

O Brasil é um dos países de mais profunda degradação ambiental no mundo. Um grande problema no controle direto dessa degradação é a necessidade de um eficiente esquema de fiscalização, o que pressupõe pessoal qualificado, multas elevadas e força política para aplicá-las e sustentá-las. A aplicação de multas fica, no entanto, muito prejudicada, por dois motivos: para as grandes empresas, não faz diferença o valor da multa, pois esse é sempre repassado para o preço, não sendo na prática ônus da empresa e sim do consumidor. O que pesa para algumas, em especial para as multinacionais, é o dano causado à imagem da empresa. Outro motivo é que multas simples não são cobradas, especialmente quando os valores são baixos.

Na Europa, existem cerca de 130 empresas de consultoria especializadas em problemas ambientais que orientam os vários setores e governos sobre o impacto ambiental decorrente da implementação de projetos, fusão ou instalação de

empresas, legislação e regulamentação ambiental, tratamento e destino de resíduos, qualidade do terreno. As disputas de mercado encontram um consumidor cada vez mais consciente e exigente em relação aos produtos que consome e, consequentemente, as empresas privadas não esperam a força da lei para investirem em políticas do meio ambiente e em programas antipoluição. A Grã-Bretanha é considerada um dos países europeus com mais problemas de poluição, enquanto os mais preocupados com as questões ecológicas são a Holanda e os países escandinavos.

No Brasil, uma exploração selvagem das florestas e uma monocultura irracional estão transformando em desertos importantes áreas do Sul, Sudeste e Centro-Oeste. Os detritos da produção industrial, os resíduos de agrotóxicos usados na lavoura e os esgotos diretos nos rios têm comprometido perigosamente os recursos hídricos. A qualidade das águas da rede pública consumida é péssima, segundo os parâmetros internacionais. Os gases emanados das indústrias têm transformado a atmosfera das cidades num multiplicador e gerador de doenças respiratórias. O controle sanitário da produção de alimentos é quase inexistente, utilizando-se altas doses de conservantes químicos cujo uso está proibido em países desenvolvidos. Não há esgotos para a maioria da população, tampouco tratamento adequado do lixo.

A usina nuclear de Angra dos Reis foi construída num lugar geograficamente inadequado, o Ibama anuncia diariamente a incineração de peles de jacarés e jaguatiricas e de redes de pesca, e na cidade do Rio Grande, próxima de Porto Alegre, verifica-se um alto índice de crianças que nascem com defeitos físicos como a ausência de cérebro, espinha bífida e polidactilia, enquanto a televisão apresenta com grande sucesso novelas e seriados ecológicos.

Os Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul têm hoje menos de 10% de sua área coberta por florestas. O Paraná, que há cinquenta anos tinha 85% de sua área com florestas nativas, hoje tem menos de 5%, e mesmo assim concentrados na Serra do Mar. Regiões como o norte e o oeste do Paraná, muito exploradas pela agricultura, praticamente não têm mais vegetação nativa e, graças à erosão hídrica, a perda anual é de dez a vinte toneladas de solo. Dentro de alguns anos, essas áreas esta-

rão completamente desertificadas. O grande problema é conseguir que os agricultores se decidam pelas espécies nativas, que demoram mais a crescer. A imbuia leva de 70 a 80 anos para se transformar em tora; a araucária, cujas reservas estão quase extintas, leva 30 anos. Outras espécies nobres, como a canela, têm seu plantio restrito às margens dos rios.

A Lei nº 8.028, de 13 de março deste ano, que reestruturou os órgãos executivos do atual governo, estabeleceu o Conselho do Governo, como órgão superior com a função de assessorar o Presidente da República na formulação da política nacional e nas diretrizes governamentais para o meio ambiente e os recursos ambientais. Como órgão consultivo e deliberativo, manteve o Conama; como órgão executor, o Isama; e, criou, ainda, o Sistema Nacional do Meio Ambiente - Sisnama, e o Cadastro de Defesa Ambiental. Extinguiu órgãos e ministérios e criou a Secretaria do Meio Ambiente da Presidência da República, com a função de órgão executor da política ambiental.

Nos últimos quinze anos, a ecologia assumiu peso na política contemporânea, e está presente tanto nos conflitos internacionais quanto no jogo político interno. Não é por acaso que consta da pauta de negociações entre os países. A crise do meio ambiente denunciou o esgotamento de um modelo de civilização, e a discussão ecológica pende cada vez mais para um campo estratégico, por onde passa necessariamente a rearticulação da sociedade moderna. A "política verde", nascida nos anos sessenta, está-se organizando partidaricamente em diversos continentes. Simultaneamente, pessoas do mundo inteiro reconhecem a deterioração global do ambiente. É hora de uma mudança fundamental em nossa maneira de pensar a defesa e o desenvolvimento econômico mundial. Há necessidade de políticas ambientais que promovam um desenvolvimento econômico equitativo, sem resíduos de poluição para as gerações futuras.

Uma política ambiental que vise compartilhar o desenvolvimento econômico com a preservação ambiental terá como principal característica a de estar integrada com as demais políticas, dentro de uma nova concepção de desenvolvimento. Sua implementação deverá ser realizada com a participação ativa dos diferentes setores da população, presentes especialmente na fase de planejamento dos empreendimentos do

setor público e privado, e de estudos de avaliação do impacto ambiental.

Tornou-se imperativo para a humanidade defender e melhorar o meio ambiente, e a consecução desse objetivo vai requerer a responsabilidade de cidadãos e comunidades, de empresas e instituições, em equitativa partilha de esforços comuns. Indivíduos e organizações, somando seus valores e atos, darão forma ao ambiente do mundo futuro. Aos governos locais e nacionais caberá o ônus maior pelas políticas e ações ambientais. Mais do que nunca, os pronunciamentos precisam ser convertidos em práticas.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, a Terra é um organismo vivo. Por se tratar de um sistema complexo, apresenta limites intransponíveis, e a insistência na transposição desses limites representa uma ameaça decisiva à sobrevivência da espécie humana. Diante dos enormes problemas e dilemas que o final do século XX apresenta, a humanidade vai ter que reformular a sua maneira de produzir e consumir, e vai ter que pensar o desenvolvimento de forma democrática, para construir conscientemente o futuro.

A preocupação com o meio ambiente é a percepção de uma ameaça global ao ar, à água, aos alimentos, ao solo, às florestas, aos oceanos e ao clima. A ecologia é uma ciência moderna, mas para entendê-la precisamos contemplar o passado e observar como se comportaram as diferentes culturas na relação homem-natureza. O caboclo, o seringueiro, o índio, esses não destroem a floresta. Há uma fundamental diferença entre o homem primitivo e o homem moderno. O homem primitivo depende da natureza, por isso tende a temê-la. O homem moderno domina a natureza, por isso não tem medo de explorá-la. A sabedoria reside em usar os recursos disponíveis sem intervir nos processos da natureza, pois nesse caso a vítima, inevitavelmente, se volta contra o agressor.

Esta deveria ser a Terceira Guerra Mundial. Todos os povos se unirem para combater violentamente as destruições desnecessárias da natureza, lutando em defesa da fauna e da vegetação, contra o desperdício e a poluição, contra as emissões de carbono na atmosfera e o despejo de substâncias tóxicas e rejeitos não tratados em oceanos e mares, contra o consumo voraz de matérias-primas não-renováveis,

contra o uso indiscriminado de agrotóxicos. Nossas armas serão a ecologia, considerada ciência da sobrevivência, e uma nova moral ecológica, fundamentada no respeito ao meio ambiente. Se vencermos, as glórias serão repartidas entre todas as civilizações futuras, por muitos e muitos séculos, no planeta Terra. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Francisco Rollemberg) — Concedo a palavra ao nobre Senador Leite Chaves.

O SR. LEITE CHAVES (PMDB — PR. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, retomo, nesta tarde, um tema que já foi aqui ventilado hoje sobre a questão dos Partidos políticos e a sua desordenada proliferação.

O Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, em recente entrevista, manifestava-se preocupado com esse excesso de Partidos. Existem já 28 e mais 40 com registros ainda pendentes. Tudo isso é feito com base no princípio estabelecido pela Constituição, que assegura pluralidade de Partidos.

Lembro ao Congresso, ao Senado, que pluralidade, neste caso, não quer dizer abuso, porque o partido tem, como pressuposto, uma representatividade. O Partido não pode ser o resultado de uma vontade pessoal, que no seu interesse particular, aluga a sigla como diz o Presidente.

O Congresso, já em seguida a essas eleições, deveria tratar seriamente disso, porque teremos um Parlamento extremamente diluído. Não se pode separar Partido de representação, porque se um Partido nada representa, nem idéias tem, a que serve? Serve de entulho, entulho eleitoral, serve de instrumento à corrupção. Já houve o caso de um candidato à Presidência da República que renunciou para que outro fosse candidato mediante pagamento. Ele próprio, de outro Partido, já fora condenado por cometer crime eleitoral. Então, sem seriedade de Partido não há seriedade de representação.

Nem se diga que devam existir apenas dois Partidos, mas é preciso que a lei, como advertimos na Constituinte àquela época, evite que essa profusão de Partidos e a falta de regras criem um clima de absoluta descrença. Um político só tem expressão quando convive e disputa dentro do seu próprio Partido; ele se disciplina, procura aumentar os seus valores para que, ganhando inter-

namente uma representatividade ou direito de postular, venha mais qualificado para esta Casa. Não é como ocorre hoje: o sujeito faz um partido, grandiosamente, para candidatar-se comprometendo o Congresso de tal forma que, aos olhos da Nação, estamos numa situação de extrema falta de respeito e credibilidade decorrentes, em grande parte, disso.

E mais o Congresso vai piorar; pelo que tenho sabido, a representação que vem é muito pior do que a que temos. Muitos dos que vão substituir antigos parlamentares vêm em situação pior, sem condição sequer de representar, sem conhecimento algum para exercício do mandato. Ninguém exija que um povo seja representado só por homens de grande valor e cultura, porque a diferença afasta representante de representado. O representante tem que ter mais ou menos uma identificação com o eleitorado, ele não pode ser muito diferente. Mas no instante em que ele não sabe nem o que seja isso, perde toda condição de representar. Às vezes, a sua limitação intelectual e moral é tamanha que são eleitos por promessas fantásticas, porque não têm, sequer, condições de avaliar suas conseqüências.

Então, Sr. Presidente, o Senado deveria começar a pensar, ainda este ano, num projeto que disciplinasse a questão dos Partidos. Da forma que está, o quadro é inteiramente abusivo. Eleições mais caras. Se três partidos concorrem a uma eleição, os custos são x, mas se são quatro partidos, cada partido, por si aumenta o custo consideravelmente. São eleições caríssimas e difíceis, que não melhoram a representação, nem melhoram a democracia, e criam um atentado contra o Partido. Sabendo que a qualquer hora pode-se criar outro partido, basta ao indivíduo a mínima dissensão e ele fundará um novo. Resultado: nem aquele Partido representa nada, nem essas pessoas melhoram a sua qualificação, porque não houve oportunidade de convivência, inclusive nas disputas internas.

Aqui mesmo, no Brasil, houve um tempo em que havia a UDN, um Partido ao qual não pertenciam, mas que terminou criando boas lideranças parlamentares, porque havia motivo de luta, concorrência interna muito forte. E nós podemos reproduzir esse quadro no futuro em benefício da democracia e do País, inclusive na perspectiva do Parlamentarismo. Não fora o antigo Líder do nosso PMDB, na

Constituinte, e nós teríamos o Parlamentarismo já instituído no País, sem os riscos de mudanças bruscas. E Parlamentarismo requer Partidos representativos. Essa representatividade deve vir concomitantemente com o voto distrital, ainda que seja o voto distrital misto. Esses pontos são fundamentais para isso.

No ano que vem termina o meu mandato. Não voltarei — poderia voltar — mas eu não estou muito encantado, Sr. Presidente, com o Congresso. Eu não teria muito encantamento em voltar, porque eu não veria mais empolgação, como tivemos entre 1975 a 1983. Não creio que essa renovação da Câmara ou de um terço do Senado vá melhorar alguma coisa. Não tenho dúvida de que haverá melhora se houver mudança da lei que mude a natureza dos Partidos; que se estabeleçam novos critérios de formação, para que as representações tenham mais expressão. Todos sabem que Partidos são organismos vivos. E eles existem não apenas para compor um quadro eleitoral. Eles precisam ter um enfoque. Na história dos Partidos, uma coisa que se constata é isso: um Partido tem que ter idéias, ainda que seja um Partido de massa. Porque tem Partido ideológico, tem Partido de massa, tem Partido misto, como tem sido o PMDB. O fundamental é que ele tenha força para subsistir, para permanecer. Se todo dia Partidos forem criados e extintos não teremos Partidos nunca. Então, o segredo básico de um Partido é que ele tenha força, sobrevivência, e que sobreviva aos seus integrantes, que faça história, que viva mais tempo do que os elementos que o integram.

Quando o Movimento Militar viu-se debilitado e perdendo forças, usou um critério fácil para eliminar a resistência popular, tirando a expressão dos Partidos. Então, por qualquer motivo os Partidos eram extintos e novos eram criados, perdiam a sua história, perdiam a sua memória. O PMDB em pouco tempo ainda sobreviveu porque manteve a sigla MDB, embora com o P anterior. Aquilo foi uma estratégia do esquema militar dominante, para que o Congresso perdesse expressão. Existissem os partidos anteriores e nós teríamos muito mais força, haveria muito mais expressão neste Congresso. É um tema muito importante.

O Presidente do Superior Tribunal Eleitoral chegou à mesma conclusão em entrevista recente e não o fez graciosamente: a Justiça Eleitoral, que não

pode mudar os critérios de registro, está extremamente preocupada. As vezes ela é obrigada a conceder registro de partidos, porque os requisitos formais são atendidos vendo que aqueles são verdadeiros instrumentos de corrupção, sem representatividade, sem valor, sem força nenhuma de continuidade e muito menos validade para a sociedade ou para a democracia. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Francisco Rollemberg) — Sobre a mesa, projeto que será lido pelo Sr. 1.º Secretário.

É lido o seguinte

PROJETO DE LEI DO SENADO
N.º 160, DE 1990

"Altera dispositivos da Lei n.º 5.108, de 21 de setembro de 1966, que institui o Código Nacional de Trânsito."

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º Os arts. 100, 101 e 104 da Lei n.º 5.108/66 têm a sua redação alterada:

"Art. 100. As penalidades serão impostas aos embarcadores, aos proprietários dos veículos ou, então, aos condutores, conforme o caso, resguardado ao proprietário do veículo o direito de ação regressiva entre os primeiros.

§ 1.º Será de responsabilidade do embarcador e do proprietário do veículo a infração, por transitar com excesso de peso.

§ 2.º Considera-se embarcador, a pessoa física ou jurídica responsável pelos bens que estão sendo transportados, identificando-se pela Nota Fiscal do emitente.

§ 3.º No caso de cargas fracionadas, considerar-se-á embarcador a Empresa de Transporte, responsável pelo carregamento do caminhão.

Art. 101. Ao embarcador ou proprietário do veículo, conforme o caso, caberá sempre a responsabilidade pela infração referente à prévia regularização e preenchimento das formalidades e condições exigidas para o trânsito do veículo na via terrestre, conservação e inalterabilidade de suas características e fins, matrículas de seus condutores, quando esta for exigida e outras disposições que deva observar.

Art. 104. As multas são aplicáveis a condutores, proprietários de veículos de qualquer natureza e a embarcador de carga, e serão impostas e arrecadadas pela repartição competente, em cuja jurisdição haja ocorrido a infração.

Parágrafo único. As multas referentes a excesso de peso, serão aplicadas igualmente aos proprietários de veículos e aos embarcadores, coincidindo-se os mesmos valores, para cada um.

Art. 2.º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Justificação

A Lei n.º 5.108, de 21 de setembro de 1966, que instituiu o Código Nacional de Trânsito, em seu artigo 100, tal como está, impõe penalidades por infrações somente a proprietários de veículos de carga ou a seus condutores, conforme o caso. Essa imposição, além de incoerente, é altamente discriminatória, visto que exclui totalmente o terceiro envolvido no processo, os embarcadores, isentando-os de qualquer infração que possam cometer. Como os primeiros, os embarcadores devem ser passíveis de penalidades quando provada for sua infração.

A inexatidão das declarações dos embarcadores nos documentos fiscais confiados ao transportador, juntamente com os bens a transportar, tem gerado, em muitos casos, autuação deste último. Os proprietários dos veículos transportadores, de acordo com o Art. 101 do Código Nacional de Trânsito, têm sido os únicos a receberem penas por infrações referentes ao preenchimento das formalidades, mesmo quando sua infração é decorrente da falsa declaração do embarcador. Essa medida, na realidade, reveste-se de característica de injustiça aos transportadores, em particular aos autônomos, que ainda se vêem prejudicados pela penalidade complementar de retenção do veículo.

Por fim, deve-se resguardar a todos os implicados o direito de ação regressiva, que é, acima de tudo, um direito de todo cidadão que venha a sentir-se injustiçado por lhe terem atribuído falta que julgue ser de outrem.

Sala das Sessões, 10 de setembro de 1990. -
Senador Affonso Camargo.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania - competência terminativa)

O SR. PRESIDENTE (Francisco Rollemberg) - O projeto lido será publicado e remetido à comissão competente.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Rollemberg) - A Presidência convoca sessão conjunta, extraordinária, a realizar-se amanhã, às 18 horas e 30 minutos, no Plenário da Câmara dos Deputados, destinada à apreciação de projetos de lei. (Pausa.)

A Ordem do Dia da presente sessão foi dispensada, nos termos do art. 174 do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Rollemberg) - Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar a presente sessão, designando para a ordinária de amanhã a seguinte

ORDEM DO DIA

- 1 -

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 66, DE 1990

(Em regime de urgência, nos termos do art. 336, C, do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 66, de 1990 (nº 5.293/90, na Casa de origem), que estabelece os crimes e as penas aplicáveis aos atos discriminatórios ou de preconceito de raça, cor, religião, etnia ou procedência nacional, praticados pelos meios de comunicação ou por publicação de qualquer natureza (dependendo de parecer).

- 2 -

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 68, DE 1990

(Em regime de urgência, nos termos do art. 336, C, do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 68, de 1990 (nº 3.607/89, na Casa de origem), de iniciativa do Senhor Presidente da República, que dispõe sobre a criação da carreira de Delegado de Polícia do Distrito Federal, sobre a remuneração dos

cargos da carreira Policial Civil do Distrito Federal, e dá outras providências (dependendo de parecer).

- 3 -

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 343, DE 1989

(Em regime de urgência, nos termos do art. 336, C, do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 343, de 1989, de autoria do Senador Jarbas Passarinho, que regulamenta o exercício da profissão de Desenhista, e dá outras providências (dependendo de parecer).

- 4 -

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 1989, de autoria do Senador Marco Maciel e outros Senhores Senadores, que acrescenta parágrafo ao art. 159 e altera a redação do inciso II do art. 161 da Constituição Federal.

- 5 -

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 4, de 1989, de autoria do Senador Leopoldo Pires e outros Senhores Senadores, que acrescenta um § 6º ao art. 5º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

- 6 -

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 5, de 1989, de autoria do Senador Nelson Carneiro e outros Senhores Senadores, que dispõe sobre a remuneração dos Deputados Estaduais e dos Vereadores.

- 7 -

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 6, de 1989, de autoria do Senador Marcos Mendonça e outros 24 Senhores Senadores, que acrescenta artigo ao texto constitucional prevendo a criação e definindo a competência do Conselho Nacional de Remuneração Pública.

- 8 -

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 1, de 1990, de autoria do Senador Marcio Lacerda e outros Senhores Senadores, que acrescenta dispositivos ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal.

- 9 -

Veto Parcial

PROJETO DE LEI DO DF Nº 39, DE 1990

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 10, § 4º, in fine, da Resolução nº 157, de 1988)

Discussão, em turno único, do veto parcial apostado ao Projeto de Lei do DF nº 39, de 1990, que dispõe sobre o reajuste de vencimentos e salários dos servidores civis da administração direta, autárquica, fundacional e indireta do Distrito Federal, e dá outras providências (dependendo do relatório da Comissão do Distrito Federal).

- 10 -

Veto Total

PROJETO DE LEI DO DF Nº 41, DE 1990

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 10, § 4º, in fine, da Resolução nº 157, de 1988)

Discussão, em turno único, do veto total apostado ao Projeto de Lei do DF nº 41, de 1990, de autoria do Senador Maurício Corrêa, que regulamenta o art. 39 da Constituição, relativo ao regime jurídico dos servidores das fundações públicas do Distrito Federal e dá outras providências (dependendo do relatório da Comissão do Distrito Federal).

- 11 -

PROJETO DE LEI DO DF Nº 43, DE 1990

(Em regime de urgência, nos termos do art. 336, C, do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do DF nº 43, de 1990, de iniciativa do Governador do Distrito Federal, que dispõe sobre o aproveitamento de servidores na carreira Administração Pública da Fundação Zoobotânica do Distrito Federal, criada pela Lei nº 82, de 29 de dezembro de 1989, e dá outras providências (dependendo de parecer).

- 12 -

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei do DF nº 33, de 1990, de iniciativa da Comissão do Distrito Federal (apresentado por sugestão do Deputado Augusto Carvalho), que dispõe sobre a criação de Quadro de Pessoal da Câmara Legislativa do Distrito Fed-

ral e dá outras providências, tendo

PARECER, sob nº 296, de 1990, da Comissão

— **Directora**, oferecendo a redação do vencido.

O **SR. PRESIDENTE** (Francisco Rollemberg) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 17 horas e 5 minutos.)

Portaria nº 2/90

O Diretor da Secretaria Administrativa no uso das suas atribuições regulamentares, e

Considerando que os levantamentos e estudos determinados nos artigos 1º e 2º da Portaria nº 1/90, ainda, não foram concluídos;

Considerando que a demora decorre da necessidade de metilculoso estudo, caso a caso, resolve:

Art. 1º Prorrogar por trinta dias o disposto no artigo 6º da referida portaria.

Senado Federal, 30 de agosto de 1990. — **Antônio Carlos Nantes de Oliveira**, Diretor da Secretaria Administrativa.

EXTRATO DE CONTRATO

Espécie: Contrato nº 41/90

Contratada: Araújo Abreu Engenharia S/A

Contratante: Senado Federal

Objeto: prestação de serviços de manutenções, preventiva e corretiva, com fornecimento de mão-de-obra e de materiais de consumo e reposição, dos sistemas de instalações elétricas dos edifícios do Senado Federal, durante o exercício de 1990.

Crédito pelo qual correrá a despesa: à conta do Programa de Trabalho 03.007.0025.2022/10002, Natureza da Despesa 34/90-3947/0.

Empenho: foi emitida a Nota de Empenho nº 000995/4, de 10-7-90.

Valor Contratual: estimado em Cr\$ 10.039.506,78 (dez milhões, trinta e nove mil, quinhentos e seis cruzeiros e setenta e oito centavos).

Vigência: 31-8-90 a 31-12-90.

Signatários: pelo Senado Federal: **Dr. José Passos Pôrto**.

Pela Contratada: **Edgard César Filho**.

Amaury Gonçalves Martins

Diretor da Subsecretaria de Administração de Material e Patrimônio

EXTRATO DE CONTRATO

Espécie: Contrato nº 42/90

Contratada: Siemens S/A

Contratante: Senado Federal

Objeto: locação de 10 (dez) teleimpressoras eletrônicas, sem vídeo, marca Siemens, modelo EE-980, equipada com leitores, perfuradora de fita e unidade de conexão para operação em rede ou ponto a ponto, durante o exercício de 1990.

Crédito pelo qual correrá a despesa: à conta do Programa de Trabalho 01.001.0001.2021/10002, Natureza da Despesa 3490-3937/0.

Empenho: foi emitida a Nota de Empenho nº 00909/1, de 22-6-90.

Valor Contratual: estimado em Cr\$ 270.200,00 (duzentos e setenta mil e duzentos cruzeiros).

Vigência: 31-8-90 a 31-12-90.

Signatários: pelo Senado Federal: **Dr. José Passos Pôrto**.

Pela Contratada: **Jorge Ernesto Soares e Roberto Tadeu Couto Mazoni**.

Amaury Gonçalves Martins

Diretor da Subsecretaria de Administração de Material e Patrimônio